



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 551 - DE 24 DE SETEMBRO A 8 DE OUTUBRO DE 2017 - R\$ 4,00

De abalo a abalo, o governo golpista de Temer sobrevive

Mas impõe as reformas antinacional e antipopular contra o país e os explorados

Burocracia sindical se adapta antecipadamente à implantação da reforma trabalhista

Retomar a luta nacional, unitária e massiva contra o governo Temer e suas reformas

**Ato político
100 anos da
Revolução Russa**



FRANÇA

A classe operária retoma a luta grevista contra a reforma trabalhista

A classe operária diante da crise e dos ataques da burguesia

Está prevista a entrada em vigor das novas leis trabalhistas para o dia 11 de novembro. Nem mesmo a burocracia sindical deixa de reconhecer que é um dos maiores ataques do patronato que se conhece. A colocação em prática do princípio da superioridade do acordado sobre o legislado líquida de uma só vez as mais importantes e antigas conquistas do proletariado brasileiro. Os capitalistas passam a ter um poder quase que irrestrito de decidir, caso a caso, como melhor explorar a força de trabalho e incrementar seus lucros. Estarão livres para manipular a jornada de trabalho e decidir sobre as condições de contratação e demissão.

Novas formas de contratos serão impostas limitando ou retirando direitos trabalhistas. O sistema de terceirização se fortalecerá com seu avanço sobre todas as atividades e funções produtivas e reprodutivas. Em resumo, a reforma trabalhista foi a grande contribuição da ditadura civil de Temer para os interesses dos capitalistas. Está ainda em andamento a reforma da previdência que com a reforma trabalhista fecha o cerco contra as condições de existência da imensa maioria trabalhadora. A crise política vem adiando a votação da reforma da previdência, mas basta a reforma trabalhista para que o golpe de Estado tenha sua justificativa garantida.

Esse feito deve ser atribuído não à potencialidade do governo golpista, mas sim ao freio da burocracia sindical que segura as tendências de luta da classe operária e dos explorados em geral. O divisionismo, o colaboracionismo, o democratismo e a covardia das direções sindicais comparecem como gigantescos obstáculos à luta de classes da maioria oprimida contra a minoria exploradora.

Quanto mais o capitalismo se desintegra e se potencia a capacidade de luta unitária da classe operária; quanto mais o governo da burguesia se torna instável, se distanciando mais e mais da população, mais importância tem a burocracia sindical para a sobrevivência do capitalismo putrefato e para os exploradores imporem as condições sociais de pobreza e miséria das massas. Depois da greve geral de 28 de abril, as centrais sindicais agiram no sentido contrário de organizar e ampliar a luta nacional contra o governo e suas reformas. Foi o que permitiu, de um lado, o governo decomposto manter-se de pé, e de outro, encaminhar os objetivos antinacional e antipopular.

Em 11 de novembro, os assalariados se depararão com uma enorme remodelação das relações de trabalho, que, certamente, não será implantada de uma só vez. A burocracia sindical se prepara para adaptar sua função de freio às novas condições. O Sindicato Metalúrgico do ABC, principal pilar de sustentação da CUT, indicou o caminho que irá percorrer. Pretende conti-

nuar fazendo o que sempre fez, que é colocar o sindicato como instrumento de mediação entre o capital e o trabalho, cujos resultados sempre acabam favorecendo os interesses patronais.

Diante da terceirização, a luta é para derrubá-la? Não! O sindicato pretende negociar as condições de sua implantação. O patrão recorre ao contrato parcial ou temporário. O sindicato vai lutar para não se imporem essas formas contratuais? Não! Vai negociá-las. O patrão quer alterar direitos trabalhistas. O sindicato vai lutar contra as alterações? Não! O sindicato vai negociar as alterações. Os patrões vão demitir coletivamente. O sindicato vai se colocar contra as demissões coletivas? Não! O sindicato vai procurar com o patronato “alternativas por meio da negociação coletiva”. Essas respostas iniciais dos burocratas da CUT mostram que se sujeitaram antecipadamente ao princípio do primado do “negociado sobre o legislado”.

Para disfarçar a sujeição e a adaptação, a burocracia sindical, o PT, PCdoB, etc. lançaram a campanha pela anulação da reforma trabalhista por meio um projeto de ação popular e coleta de assinaturas. Essa palhaçada vai concluir como concluiu a mesma palhaçada da coleta de assinaturas por uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva, que foi entregue a Dilma Rousseff, que sorridente recebeu os pacotes de assinaturas e os jogou no lixo.

A realidade para os milhões e milhões que sobrevivem da venda da força de trabalho e dos miseráveis salários é trágica. A crise econômica, as demissões em massa e a elevação do desemprego não mais permitem manobras tão descaradas de apoio aos ataques da burguesia. As massas, com a classe operária à frente, vão reagir às novas condições de exploração determinadas pela reforma trabalhista.

A greve geral de 28 de abril assentou o marco por onde passarão os combates. A classe operária alimenta uma crescente desconfiança em relação às direções sindicais venais e servisais. Nota-se uma revolta latente desde as fábricas contra a jogatina das direções burocratizadas com os exploradores e seu governo. A submissão e a covardia diante do Congresso Nacional golpista e da decrepita ditadura civil de Temer marcam fundo o papel traidor das direções sindicais de direita e de esquerda.

Nossa luta é pela independência política e organizativa da classe operária. Rechaçar integralmente a implantação das novas leis trabalhistas e os métodos capitalistas de flexibilização do trabalho. Não aceitar em hipótese alguma a política de negociação da burocracia sindical, que antes se fazia sob a égide do primado do legislado sobre o negociado e que agora se dará sob a égide do negociado sobre o legislado.

Quanto mais o capitalismo se desintegra e se potencia a capacidade de luta unitária da classe operária; quanto mais o governo da burguesia se torna instável, se distanciando mais e mais da população, mais importância tem a burocracia sindical para a sobrevivência do capitalismo putrefato e para os exploradores imporem as condições sociais de pobreza e miséria das massas.

De abalo a abalo, o governo golpista sobrevive

Não se divulgou ainda todo o teor da segunda denúncia do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, contra Temer. Desta vez, se impôs um sigilo mais rigoroso. Tudo indica que é tão ou mais inflamável que a primeira denúncia de “corrupção passiva”. Agora, a acusação se baseia no fato de Temer e importantes homens do governo, todos do PMDB, terem constituído uma “organização criminoso” e agirem para obstruir a Justiça. Já não importou tanto o quanto deletério é o conjunto das novas revelações, uma vez que a Câmara de Deputados havia bloqueado a continuidade da primeira denúncia. A bomba pode ser mais potente, mas não terá como causar tanto impacto quanto a da primeira detonação. O que não dispensou os cuidados do Supremo Tribunal Federal (STF) em evitar maiores estragos no governo.

O relator, ministro Edson Fachin, resolveu não enviar diretamente a denúncia à Câmara de Deputados, como o fez da primeira vez. Preferiu preservar sua autoridade encaminhando ao plenário do STF o pedido autorização. Sabia-se que não haveria bloqueio na tramitação do processo. A decisão de Fachin se deveu à brutal luta intestina no aparato do Estado entre as forças que querem levar adiante a Operação Lava Jato e as que trabalham por lhe colocar o mais rápido possível um ponto final.

Lembremos que, na primeira denúncia da JBS, a camariha de Temer reagiu contra-atacando o procurador-geral Janot. Armou-se uma enorme campanha publicitária em torno da ideia de que as provas gravadas pelo empresário Joesley Batista eram ineptas, ilegais e contaminadas pelo espírito de vingança. Esse argumento serviu para que os partidários do governo trocassem o relator favorável à denúncia, modificassem a composição da Comissão de Constituição e Justiça e depois para que os deputados votassem contra a sua admissibilidade.

A linha de anular as provas contra Temer, por uma decisão do STF, teria pequeníssima chance de vencer, uma vez que a população tem acompanhado com horror e asco a revelação da imensa podridão que atinge de conjunto a política burguesa. O objetivo, no entanto, não era propriamente o de engavetar as provas que constam dos autos da Procuradoria-Geral da República. Bastava-se acirrar os choques internos de maneira a se fazer uma contraofensiva no sentido de encurralar e estreitar as margens de ação de Janot. A contraofensiva chegou ao ponto de levar ao STF uma petição que colocava o procurador-geral sob suspeição e o retirava da condução da denúncia. Era líquida e certa a derrota do governo. Também nesse caso, o importante não era propriamente vencer, mas desmontar a ofensiva que reabriu a crise política e ameaçou a continuidade do governo imposto pelo golpe de Estado.

Temer terá, agora, de enfrentar um terceiro momento em que está em jogo a sua permanência no cargo de presidente da República. Lembremos mais uma vez que o primeiro teste foi superado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo os próprios analistas da burguesia, o risco de a Câmara de Deputados votar a favor da admissibilidade é pequeno. Há o agravante de uma possível delação do peemedebista Geddel

Vieira, cujo escândalo do depósito de dinheiro em um apartamento de luxo em Salvador expôs a dimensão da quadrilha montada pelo PMDB. É o que se passa igualmente com a delação do operador financeiro Lúcio Funaro. O mais provável é que se jogue para frente a gigantesca embrulhada.

Os últimos passos de Janot foram trôpegos e no limiar do fim de seu mandato. A posse de procuradora Raquel Dodge, não eleita pelos procuradores, mas indicada por Temer, foi apresentada como um trunfo das forças que queriam e querem que a Lava Jato se circunscreva à caça ao PT. Agora, “sob nova direção”, espera-se que a Sra. Dodge modifique o curso dos acontecimentos que dependiam da condução do Sr. Janot. A cena da posse é digna de um registro especial. É como se fincasse uma bandeira limpa num pântano de estrume. Toda circumspecta, Dodge repetiu a famosa frase de que ninguém está acima da lei ou abaixo dela. Referia-se tanto ao ministério público quanto ao governo, ou seja, ao acusador e ao acusado. Assim foi entendida a mensagem. Mas se sabe que não passa de um teatro. Estar acima ou abaixo da lei é uma condição que depende da capacidade das forças burguesas em conflito.

A tendência mais forte é a do governo golpista e corrupto manter as rédeas da governabilidade, para a qual o golpe o erigiu na condição de ditadura civil. O fato de Temer poder mostrar indicadores econômicos favoráveis a seu governo, de ter aprovado a reforma trabalhista, de ter apresentado um amplo plano de privatização e o fato da burocracia sindical ter se recolhido e sabotado a luta da classe operária lhe dão uma maior margem de sobrevivência.

O PT, que encabeça a oposição burguesa, pelo visto, chegou a essa mesma conclusão. Já não lhe interessa tanto a bandeira do “Fora Temer” e “Diretas Já”. É conveniente, agora, a manutenção do governo golpista e das eleições de 2018. Está empenhado em popularizar a bandeira de “eleição sem Lula é fraude”. O seu braço sindical cutista se conformou com a reforma trabalhista, mascarando-se de uma campanha legalista pela sua “anulação”, e pensa como irá aplicá-la de forma a parecer que está em defesa dos assalariados.

O problema da crise política para a oposição burguesa reformista está em recuperar a confiança dos explorados e levá-los a novamente acreditar na possibilidade de um governo que irá defendê-los. A bandeira para isso é a da tal “legitimidade”. As eleições substituiriam o governo golpista “ilegítimo” por um governo “legítimo”. Por essa via, os explorados continuarão a arcar com a gigantesca crise econômica e com a putrefata política burguesa.

Ao contrário, a crise para a política proletária indica o enfraquecimento do governo burguês e as dificuldades das forças burguesas que promoveram o golpe em estabilizar a ditadura civil. O problema está em organizar a luta independente e unitária da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia urbana e da juventude oprimida. A greve geral de 28 de abril assinalou o caminho. O combate, portanto, continua se dando a partir das reivindicações próprias dos explorados, do rechaço às reformas antinacionais e antipopulares e pela derrota do governo golpista.

As Forças Armadas diante da crise

Uma declaração do general Antonio Hamilton Martins Mourão trouxe de volta a sombra do golpe militar. Em sua palestra na Loja Maçônica Grande Oriente, em Brasília, afirmou: “Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso”.

Não é a primeira vez que Mourão evoca o poder das Forças Armadas por cima do governo e do Congresso Nacional. Em 2015, no auge da crise política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, deu sinais favoráveis ao intervencionismo militar.

O comandante chefe, general Eduardo Villas Bôas, relevou a declaração como se fosse um pronunciamento particular. O ministro da Defesa Raul Jungmann fez de conta que sua autoridade não havia sido questionada. Assim, acertaram de não infligir ao general Mourão nenhuma punição. É sintomática a justificativa de que não se tratava de tornar a insubordinação em um caso político no interior das Forças Armadas. Em 2015, foi transferido de suas funções de comando para uma função burocrática (Secretaria de Economia e Finanças). A outra justificativa foi a de que está prestes a deixar o exército e é candidato à presidência do Clube Militar, uma organização que resguarda como fiel guardião o golpe de 1964 e os feitos da ditadura militar.

O fato é que o governo Temer não tem força, nem interesse para agir contra o general que se queixou da incapacidade do Congresso Nacional e do Judiciário de estancar a crise e a desmoralização dos poderes do Estado. É certo que a externalização do pensamento golpista não significa que está em andamento um movimento dessa natureza nas Forças Armadas e em setores fundamentais da burguesia.

O País não está diante de um golpe iminente, em outras palavras. Mas, sem dúvida, desenvolve-se nas entranhas da política burguesa e de suas instituições uma tendência autoritária. Tendência impulsionada pelos impasses econômicos, pelos interesses do capital financeiro, pelas pressões do imperialismo e pelo horizonte da luta de classes. É preciso ter claro que a tendência autoritária, antidemocrática e reacionária começa a se expressar precisamente nas vísceras da política burguesa. Somente assim é que os generais se animam a expor a função das Forças Armadas de resguardar o Estado, a grande propriedade dos meios de produção, o parasitismo do capital financeiro, enfim, os interesses gerais da burguesia.

A exposição mais aberta e consistente da tendência autoritária se deu no movimento pela derrubada do governo petista. O

golpe de Estado foi revestido de institucionalidade. Por mais que a frente partidária golpista tenha procurado revestir o impeachment de normalidade constitucional e das vestimentas democráticas, não teve como ocultar que foi uma operação política que cassou o voto da maioria que elegeu a presidente e interrompeu o mandato dado pelas eleições. O governo que tomou o lugar de Dilma resultou de uma imposição de um Congresso Nacional completamente divorciado da maioria, que se assumiu como órgão do golpe de Estado. O Judiciário foi partícipe direto. As Forças Armadas não precisaram intervir em favor da derrubada de Dilma Rousseff.

A incapacidade do PT e seus aliados de levantarem os explorados contra o golpe deu margem para que os generais parecessem distantes. Na aparência, a democracia formal não foi fraturada. Mas de fato foi rompido o princípio formal da democracia burguesa da soberania do voto popular. O governo que nasceu do golpe nasceu para exercer a função de uma ditadura civil, mascarada de democrática pelo apoio do legislativo e do judiciário, bem como o das Forças Armadas.

É nos interstícios do golpe de Estado que as tendências autoritárias se potenciaram. A corrupção foi usada como cobertura para mobilizar a classe média assombrada com as proporções da crise econômica. O golpe pareceu ser uma via para a limpeza e moralização. Na realidade, somente serviu para o grande capital impor seus planos. Os escândalos de corrupção acabaram por se estender do PT para o PMDB, PSDB, DEM, etc. Envolveram completamente o governo Temer e aprofundaram a crise política.

No entanto, as forças golpistas que tomaram conta da condução do Estado puderam caminhar com as reformas antinacional e antipopular. Impondo-as contra a vontade da imensa maioria. O que garantiu a permanência de Temer na presidência e a preservação da ditadura civil até que se realizem as próximas eleições. Está aí por que o pronunciamento do general Mourão não expressa um movimento nas Forças Armadas pela derrubada do governo golpista. Mas indica que as tendências mais reacionárias burguesas e pequeno burguesas se fortalecem.

Há que não apenas rechaçar momentaneamente a defesa da via golpista feita em uma das sedes da maçonaria – uma das trincheiras do reacionarismo –, mas também se preparar para o pior que está por vir. Somente a classe operária organizada e independente da política burguesa pode lutar por um programa e uma estratégia capaz de derrotar e enterrar todas as variantes do autoritarismo burguês.

Reforma Trabalhista

No dia 11 de novembro, começam a valer as draconianas medidas da reforma trabalhista. A Força Sindical e UGT cobram do governo Temer a promessa de uma Medida Provisória que substitua o imposto sindical, para continuar recebendo os gigantescos recursos vindos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, correm atrás do governador de São Paulo (Alckmin), exigindo a tal Medida Provisória. A CUT e suas aliadas, por sua vez, inventaram uma ação popular destinada ao Congresso Nacional. Esse é o retrato da vergonhosa traição à classe operária e demais explorados.

Por trás e pela frente, assim agem as burocracias sindicais Encontro da Força Sindical e outros burocratas com Alckmin

Nessa semana, Alckmin abriu as portas do Palácio do Bandeirantes para receber o deputado federal Paulinho da Força e outros dirigentes sindicais. O governador, um dos fervorosos apoiadores das reformas antinacional e antipopular de Temer, recebeu o pedido dos burocratas para que edite uma Medida Provisória,

que amenize a implantação da reforma trabalhista em São Paulo.

O bandido Paulinho, que apoiou o golpe de Estado, aceitou negociar a reforma trabalhista com o governo e votou contra a denúncia de corrupção feita pela Procuradoria-Geral a Temer, se colocou como porta-voz dos trabalhadores na reunião com Alckmin. Foi, na realidade, cobrar do governador apoio aos seus serviços prestados à burguesia. Entre eles, o de conter o descontentamento da classe operária contra as reformas, manifestado na greve geral de 28 de abril. No final da reunião, teve a desfaçatez de dizer que Alckmin se mostrou “sensibilizado” com a proposta de fazer a Medida Provisória.

Aí está o retrato de um traidor da classe operária.

Força sindical, CTB, CSB e Nova Central são recebidas por Temer

No dia 12 de setembro, foi a vez de Temer abrir o Palácio do Planalto para receber as burocracias das centrais sindicais e representantes da Fiesp. Não há nada de estranho que a Força Sindical, CSB e Nova Central corram atrás do governo. O que chama a atenção é a presença da CTB, dirigida pelo PCdoB, que se colocou contra a derrubada do governo Dilma. Fica claro que os estalinistas atingiram um grau de corrupção política que lhes impede de ver na ditadura civil de Temer um feroz inimigo dos explorados e um desbragado agente do imperialismo. Está aí por que Temer se mostrou todo solícito em ouvir os pleitos dos empresários, que contaram com o aval dos burocratas sindicais. No encontro, foram apresentadas a tais das “propostas emergenciais” para a retomada do crescimento e do emprego, que foram desde a queda dos juros até a implantação da “renovação da frota”.

Temer foi “todo ouvido”, mas nada de concreto foi prometido. A única certeza foi a de que o governo precisa acelerar as reformas que estão no Congresso Nacional. Este é mais um acontecimento que mostra o quanto os sindicatos estão estatizados no Brasil e o quanto a burocracia sindical é parasitária e venal.

A anulação da reforma trabalhista pela via do Congresso Nacional

A CUT e outras centrais lançaram uma campanha de coleta de um milhão e trezentas mil assinaturas para levar ao Congresso Nacional. Visa a conseguir um Projeto de Iniciativa Popular pela anulação da reforma trabalhista. Para arrumar esse grande volume de assinaturas, propõe que os sindicatos e movimentos populares organizem a coleta.

Querem que os operários e demais explorados acreditem que por essa via será possível impedir que a reforma trabalhista seja implantada. Querem que o Congresso Nacional que votou favorável à reforma se “sensibilize” com as milhares de assinaturas e se coloque pela sua anulação. Querem que o Congresso Nacional, órgão do golpe de Estado e de proteção de Temer contra as denúncias de corrupção, legisle em favor dos trabalhadores. Na verdade, querem que a classe operária se mantenha passiva diante da destruição de conquistas trabalhistas.

Está aí vergonhosa traição da direção da CUT e de outras centrais, que inclui a Força Sindical e UGT que também se somaram à ação distracionista de coletar assinaturas. Como se vê, os burocratas para fazerem politicagem sempre se dão as mãos.

Reunião das centrais para novos “esquentas” contra as reformas

Depois de 14 de setembro, dia anunciado como de manifestações dos metalúrgicos, os sindicatos que constituem a frente “Brasil Metalúrgico” realizaram no dia 19 uma reunião para avaliar e aprovar uma Plenária Nacional. Houve um balanço positivo das manifestações por parte das direções das centrais e um acordo de impulsionar a campanha da ação popular da CUT. Contou com a presença da Força Sindical, CUT, CTB, Conlutas e Intersindical. Sob a direção da Força Sindical, foi aprovado o slogan “de resistência e enfrentamento à lei trabalhista, contra a reforma da Previdência e a terceirização, contra o desmonte do Estado, em defesa de empregos de qualidade, da indústria e da produção nacional, de um projeto de desenvolvimento do país”.

Segundo os dirigentes das centrais, a plenária visa a preparar outras manifestações nos moldes das ocorridas em 14 de setembro. Cogitou-se também fazer um ato na véspera da implantação da reforma trabalhista, 10 de novembro. No entanto, deixaram claro que a plenária não terá caráter deliberativo, mas de “acúmulo de forças”.

Só há um caminho para derrubar as reformas

Não há como barrar a implantação da reforma trabalhista, derrubar a Lei da Terceirização e impedir a aprovação da reforma da previdência se não for por meio da greve geral.

Boa parte das direções sindicais procura a via da negociação com os governos Temer e Alckmin, como vimos acima. Essa é a estratégia central da Força Sindical, UGT e suas aliadas. Outra, se coloca pelo caminho de projeto de lei parlamentar, como faz a CUT por meio da ação popular. Mas há aquelas centrais que tentam conseguir apoio das burocracias para realizar manifestações, a exemplo da CSP-Conlutas e Intersindical. O que chama atenção é o fato das Conlutas e Intersindical não levantar um dedo contra a política de conciliação e de traição da Força Sindical, UGT, CUT, CTB, etc. De conjunto, há o acordo de nenhuma fazer dura oposição às que estão pela “negociação”, ou pela “pressão parlamentar”. É isso que a burocracia considera como unidade. Ressalta, assim, um pacto de “boa vizinhança” entre as direções das centrais. De forma que tudo é válido, desde as negociatas com os golpistas até as limitadas manifestações. O que não é correto, nesse momento, é se colocar pela convocação de uma nova greve geral, mais forte e mais coesa que a de 28 de abril, para a duas grandes centrais Força Sindical e CUT.

Está aí o grande problema para a classe operária, que mostrou disposição de luta. Depois de 28 de abril, as centrais desmontaram o movimento grevista e intensificaram as negociatas com o governo e ações distracionistas. A sabotagem à greve de 30 de junho foi o sinal de que não dariam um passo à frente para enfrentar as reformas com os métodos genuínos da classe operária. A partir daí, só fez crescer junto aos trabalhadores o descrédito e a desconfiança. O 14 de setembro mostrou a completa indisposição das direções sindicais de realizarem gigantescas manifestações, tendo o proletariado como força motriz das ações de derrubada das reformas.

O 14 de setembro e os desvios no caminho da retomada da greve geral

O dia 14 de setembro foi estabelecido como um dia de lutas convocado inicialmente pelos sindicatos metalúrgicos e suas centrais: CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas, Intersindical, CTB e UGT. Posteriormente, a data foi incorporada ao calendário de lutas do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, que agrega sindicatos vinculados a várias centrais. Foi marcado, assim, o *dia Nacional de Lutas, Mobilização e Paralisação em Defesa dos Serviços Públicos e contra a Reforma da Previdência*. Segundo a CSP-Conlutas, foram cerca de 2 milhões de trabalhadores envolvidos nas mobilizações e paralisações.

Para um balanço deste dia, porém, mais do que o registro das atividades e número de envolvidos, é importante destacar qual política prevaleceu. Asquerosamente, dois dias antes, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e entidades patronais, como a FIESP, participaram de um encontro com Temer, no Palácio do Planalto. Ao entregarem suas “propostas emergenciais para a retomada do emprego no País”, as centrais mostram o esforço em manter a política de conciliação de classes.

No dia 14, a ênfase dada pelas maiores centrais, como a CUT e a Força Sindical, foi no do abaixo assinado para um projeto de iniciativa popular para que a reforma trabalhista seja revogada. Envolveram os operários nesta farsa, indicam um caminho passivo para a defesa dos direitos perdidos, como se do parlamento apodrecido fosse possível esperar qualquer garantia.



Coleta de assinatura entre metalúrgicos, em Catalão (GO) e no polo petroquímico de Camaçari (BA)

Os setores aglutinados em torno da CSP-Conlutas corretamente chamaram a retomada da greve geral. Porém, de forma minoritária, com maior presença no funcionalismo público, sobretudo no movimento docente nacional, e sob bandeiras que trazem variantes da saída eleitoral para a crise política, como o Fora Todos e Eleições Gerais sob novas regras.

Vejamos algumas das atividades do dia 14 de setembro, conforme informação das centrais:

Metalúrgicos e petroleiros

A maior parte dos metalúrgicos tem sua data-base no segundo semestre. Nas negociações, além da defesa dos salários, o desafio é impedir que a patronal elimine direitos garantidos nas Convenções Coletivas. Em São Paulo, por exemplo, a ofensiva dos capitalistas é para acabar com a estabilidade até a aposentadoria para metalúrgicos que têm sequelas permanentes decorrentes de doenças e acidentes de trabalho. A necessidade é de uma luta forte e unitária, porém, prevalece a fragmentação e o corporativismo.

Com o mote de nenhum direito a menos e como parte da campanha salarial, foram



realizados atos e paralisações em várias cidades de São Paulo. Na capital, uma passeata partiu da praça Ramos e concluiu na Delegacia Regional do Trabalho. Entre as centenas de manifestantes, estavam metalúrgicos, metroviários, bancários e servidores públicos. Em São José dos Campos, houve atrasos de uma a três horas na produção em nove fábricas. Na TI Automotivo, houve votação contras as reformas e a em defesa das cláusulas sociais da categoria. Na Gerdau e Panasonic, os operários aprovaram um indicativo de greve e querem início imediato das negociações da campanha salarial com as empresas. Na Chery (Jacareí), o atraso na entrada foi de três horas, na Parker Hannifin foi de duas horas. Houve protesto contra a perseguição política que a General Motors está fazendo contra sindicalistas. Na zona leste de São Paulo, os trabalhadores da Parker filtros (autopeças), também exigiram que as negociações avancem. Na região de Osasco, houve a mobilização de cerca de 5 mil trabalhadores em 15 fábricas, dentre elas Meritor, Belgo e Cimaf. No litoral, em São Sebastião, houve ação conjunta do sindicato dos metalúrgicos da baixada santista e do Sindipetro com paralisação na entrada dos trabalhadores terceirizados da Tebar. Em Guarulhos, além dos metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, bancários e aeroviários realizaram assembleias em seus locais de trabalho. Houve também ações de mobilização em Guarulhos, Mogi, Cotia e Barueri. Está marcada uma plenária unificada dos metalúrgicos no dia 29 de setembro, em São Paulo, no CMTC Clube, ainda com horário a definir.

Em **Minas Gerais**, houve bloqueio na Fernão Dias, na Grande Belo Horizonte. Aconteceram assembleias e paralisações na Belgo e na General Electric (Contagem), Arcelor Mita (Juiz de Fora) e Rima (Bocaiuva).

No **Paraná**, cerca de 20 mil operários da Volvo, CNH, Bosch, WHB Fundição, WHB Usinagem, Renault, PIC da Audi, Brafer pararam pela manhã na grande Curitiba. Em São José dos Pinhais, a manifestação na Renault bloqueou parcialmente a BR-277.

Em **Goias**, trabalhadores da John Deere, Mitsubishi e outras empresas do Distrito Industrial de Catalão se incorporaram à mobilização. No **Rio de Janeiro**, petroleiros, metalúrgicos e movimentos sociais se somaram a um ato com as centrais sindicais, na Candelária. Houve bloqueios no Terminal Aquaviário Baía de Guanabara, na Ilha do Governador e no Terminal da Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis.

Em **Pernambuco**, houve paralisações de algumas horas nas fábricas da Região Metropolitana do Recife, na Simisa, Musashi, Gerdau e bloqueios no acesso à Fiat e Alcoa, na BR-101. O setor metal-mecânico perdeu nos últimos três anos 20 mil postos de trabalho, sendo 4,2 mil apenas no primeiro semestre de 2017. O setor sofre o baque do efeito da crise política e econômica no complexo petroquímico de Abreu e Lima e estaleiros, além da retração na construção civil, que demandava estruturas metálicas. Junto com o fechamento de fábricas e demissões, vem o rebaixamento nos salários e corte de benefícios, como a “participação nos lucros”. Mesmo após o dia 14 de setembro, continuaram as paralisações

de advertência. No dia 18, houve paralisação de duas horas na Gerdau (500 operários), Musashi (500) e estaleiro Vard Promar (1,3 mil). Outras empresas também pararão ao longo da semana. Os trabalhadores reivindicam a não implantação das regras da reforma trabalhista. Denunciam que os patrões querem restringir o uso de refeitórios e pagamento de horas extras. Na pauta da campanha salarial está a estabilidade de, ao menos, um ano, manutenção de garantias a pré-aposentados com mais de sete anos na empresa e portadores de doenças relacionadas ao trabalho. O índice exigido é de 9,1%, mas a patronal quer dar 1% para os salários até R\$ 4,3 mil e o valor fixo de R\$ 43 para os que ganham acima deste valor. Os metroviários chegaram a anunciar a adesão à greve nos dias 14 e 15 de setembro, conforme decisão de assembleia de 05 de setembro. Porém, uma assembleia posterior suspendeu a greve de 48 horas com o pretexto de que poderia prejudicar o dissídio coletivo.

Em **Sergipe**, os trabalhadores paralisaram as atividades em Aracaju e fizeram um ato na sede da Petrobras. Em **Alagoas**, paralisaram o pólo petroquímico. No pólo petroquímico de Camaçari (**Bahia**), houve paralisação.

No campo, houve uma ocupação de uma fazenda em Ribeirão Preto (SP), envolvendo 600 famílias, o movimento integrada a CSP-Conlutas.

Funcionalismo

Em várias partes do país, houve mobilização e paralisação de categorias do funcionalismo público, sobretudo da educação. Universidades e Institutos Federais paralisaram suas atividades no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande

do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará, dentre outros. Nos relatos, porém, percebe-se que não foram atos massivos, com a participação estudantil, por exemplo. Muitas vezes, restringindo-se a panfletagens e debates. Houve atos de rua em Belo Horizonte, Rio, Fortaleza, Porto Alegre, dentre outras cidades. Em **Recife**, pela manhã, a Fasubra, que realizava na cidade sua Plenária Nacional, chamou um ato na frente da casa do Ministro da Educação, em Boa Viagem.

Pela tarde, o ato foi convocado pelo Fórum em defesa dos serviços públicos e dos servidores. Apesar do pouco empenho das grandes centrais sindicais, os sindicatos e/ou oposições do IFPE, UFPE, UFRPE, judiciário e Frente Povo sem Medo organizaram uma manifestação que teve como tônica a chamada à retomada da greve geral. Com cerca de duas mil pessoas, partiu da praça do Derby às 15h e marchou pela avenida Conde da Boa Vista. Houve uma fala do POR, no carro de som, mostrando que a defesa dos direitos depende de uma luta que tem que ser preparada



por meio da democracia operária, nas assembleias nos locais de estudo, moradia. Precisamos centralizar nossas forças nos comitês e outros organismos de frente única. É preciso retomar a greve geral, por tempo indeterminado, para impedir a implementação da reforma trabalhista, do ensino médio e lei da terceirização. Revogar estas medidas e a emenda constitucional que congelará os gastos sociais por 20 anos. E impedir, por meio da ação direta, a aprovação da reforma da previdência. Além disso, ressaltamos a necessidade de que este combate se dê no campo da independência de classe, o que significa a defesa de uma estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Como foi a paralisação convocada pelo SINASEF no IFSP

No dia 14 de setembro, ocorreu um debate no IFSP como parte do dia nacional de paralisação convocado pelo sindicato e centrais. Desde manhã, iniciaram-se as atividades, que objetivavam ganhar o apoio de funcionários, professores e estudantes.

Como parte da mobilização, foi apresentado um vídeo que servia de base para a discussão sobre a reforma do ensino médio, já aprovada pelo governo golpista. Em seguida, foram feitas várias intervenções. As denúncias em relação ao sucateamento das escolas serviram para mostrar o papel do Estado para com o ensino público. Mas não faltaram vozes na defesa das parcerias privadas como instrumento necessário para melhorar as condições de ensino e trabalho. Tratava-se de uma parcela que está contaminada pela propaganda governamental de privatização da educação, pela via das parcerias. Não consegue compreen-

der a importância da luta pela educação gratuita, como uma reivindicação democrática. Por isso, acaba tirando do Estado a responsabilidade pela manutenção do ensino público. Isso no exato momento em que Temer vem reduzindo os recursos à educação e ampliando a privatização. A reforma do ensino médio tem esse objetivo central.

Também não faltaram vozes contra as reformas antinacional e antipopular de Temer. Denúncias do caráter autoritário do governo golpista e das reformas do ensino médio, trabalhista e previdenciária como parte da política geral, que é de "ajuste fiscal" (cortes de recursos aos serviços essenciais).

A Corrente Proletária interveio mostrando que a crise econômica vem potencializando a crise política. O governo golpista está atolado no pântano da corrupção, mas conta com a maioria do Congresso Nacional para aprovar reformas tão du-

ras à maioria explorada. Ressaltou que a saída da burguesia é de maior sacrifício aos trabalhadores e a juventude. E que não há outra forma senão lutar, com os métodos próprios da classe operária. A greve geral de 28 de abril apontou o caminho para enfrentar as reformas. A constituição dos comitês de luta nos bairros foi um instrumento importante na greve geral. No entanto, esse caminho vem sendo desmontado pelas direções sindicais. É nossa tarefa denunciar os desvios da luta. A militante não deixou de fazer referência aos 100 anos da Revolução Russa e da primeira greve geral no Brasil em 1917. Aproveitou o exemplo para mostrar que as conquistas dos operários e demais explorados foram e serão arrancados com muita luta. Concluiu dizendo que é preciso impulsionar a unidade da maioria oprimida e retomar a greve geral se queremos pôr abaixo as reformas do governo golpista.

Origem da Oposição chapa 2. Intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC. Parte III

Luta da Oposição contra a Volks e seus agentes: a burocracia

Damos continuidade ao relato da experiência do militante do POR no interior da Volks. No Massas 550, publicamos a primeira parte da luta da Oposição Metalúrgica contra a Volks e a burocracia do sindicato.

Manobras da burocracia para aprovar o acordo

A burocracia estava a disposta a utilizar todas as mentiras e manobras para aprovar o acordo negociado com a patronal. A multinacional e a burocracia lembraram da derrota anterior, responsabilizando os metalúrgicos, que, orientados pela Oposição chapa 2, rejeitaram o acordo. Assim, a burocracia mudou de tática.

A primeira manobra foi não colocar em votação na assembleia o acordo, logo que chegou. Argumentou que os trabalhadores deveriam pensar bem antes de votar. Na verdade, queria ganhar tempo para fazer a defesa do maldito acordo.

Foram dois dias de intensos debates dentro da fábrica. A multinacional e a burocracia tramavam pela aceitação do acordo. A Oposição chapa 2 divulgou boletins chamando os trabalhadores a rechaçarem o acordo e a continuarem a luta. Convocou para isso assembleias internas. A Volks, em total acordo com a burocracia, mandava a gerência fazer reuniões em todos os setores da fábrica, para pressionar os trabalhadores a aceitarem o acordo. Um verdadeiro terrorismo.

Nós da Oposição entrávamos nessas reuniões. Depois que o representante da empresa terminava com as ameaças, rebatíamos todos os pontos e chamávamos os companheiros a rejeitar o acordo. Os representantes da chapa 1, por sua vez, andavam nos setores fazendo o mesmo discurso da empresa, colocando medo nos trabalhadores. Diziam que era o único acordo possível. Portanto, não dava para lutar. Aconselhavam de forma ameaçadora os companheiros a consultarem suas famílias e pensar bem. Individualizando um problema, que deve ser discutido e decidido coletivamente pelos operários no processo da luta, da greve.

A pressão e terror da multinacional, a posição da burocracia a favor do acordo e a pressão da família atuaram para quebrar a resistência coletiva contra o ataque patronal.

A falsa garantia de emprego

Sem dúvida, a manobra mais difícil de desmascarar usada pela burocracia foi a de que, se se aprovasse o acordo, os trabalhadores teriam 5 anos de estabilidade no emprego. Era falso! Não havia nenhuma cláusula de garantia de emprego no acordo. A experiência com o acordo de 1998, de redução de jornada, com redução de salários era uma prova da mentira. Na época, a Volks ameaçou com a demissão de 7.500. Em 4 anos, a empresa que tinha 23 mil operários ficou apenas com 16 mil. Mas eles sabiam que isso geraria uma grande ilusão. Os trabalhadores cometeram um grande erro em acreditar mais uma vez nessa mentira. Muitos que votaram com esse pensamento foram os primeiros a receber a carta de demissão.

A burocracia tentou fugir do debate sobre o verdadeiro conteúdo e ataque que significava o acordo. Falseou a discussão dizendo que aqueles que estavam contra o acordo estavam a favor das demissões e contra a estabilidade no emprego até 2006. Afir-mavam que a Oposição queria jogar os trabalhadores em uma aventura.

Acordo negociado mantém demissões e retirada de direitos

Pelo acordo, a essência das medidas da empresa foi mantida. A Volks ameaçou com 3 mil demissões. Marinho fez seu discurso inicial e aceitou que 1.500 operários ficassem em licença remunerada até 31 de janeiro. Nesse período, 700 deveriam concordar com a “demissão voluntária (PDV)”. Os outros 800 ficariam para discussão posterior. A Volks manteve a sua meta de demissão em massa e retirada de direitos.

Dia da votação

Na assembleia, antes de colocar em votação o acordo, como sabia que havia descontentamento e revolta de parte dos trabalhadores, Marinho começou ameaçando que, caso houvesse a rejeição do acordo, a Volks impor a seu pacote a despeito do sindicato. Insistiu com a mentira de que quem era contra o acordo era favorável às 3.000 demissões. O burocrata foi mais longe. Pegou o boletim Nossa Classe - que chamava os trabalhadores a rechaçarem o acordo e que defendia resistir com a ocupação da fábrica - para ameaçar os seus defensores. Disse “que era preciso pegar essa gente”, que fazia campanha contra o acordo.

Marinho colocou em votação a proposta formulada assim: quem é a favor da estabilidade e investimentos da Volks levante a mão. O conteúdo dessa formulação falseou o que estava em votação. Ou seja, quem era a favor do acordo de demissão de 700 trabalhadores, redução de 15% nos salários e perda de direitos levante a mão. Marinho impossibilitou a assembleia de discutir qualquer outra proposta, como a de continuar a greve. A Oposição ameaçada por Marinho e perseguida pela montadora não pôde se expressar na assembleia.

Com esse conjunto de manobras e ameaças, a burocracia conseguiu colocar fim à luta dos trabalhadores contra as demissões e impor a maior traição à classe operária. Os trabalhadores sofreram uma grande derrota, sem ter podido lutar.

Limitações da Oposição

A luta contra o pacote de demissões da Volks mostrou a limitação política da Oposição chapa 2, que era formada em sua maioria por militantes do PSOL e PSTU. Não ligavam, por exemplo, a luta contra as demissões e a redução da jornada de trabalho, à luta pelas consignas de transição, como o controle operário da produção e a escala móvel das horas de trabalho, para responder ao problema das demissões e dos milhões de desempregados.

Posição da Corrente Proletária

A Corrente Proletária, por meio do boletim Nossa Classe, interveio de forma firme durante toda a luta, chamando os trabalhadores a rechaçarem integralmente o pacote de demissões da multinacional. Denunciou a política de acordos sem luta da burocracia e reafirmou o princípio de que desemprego, redução de salários e direitos não se negociam, se defendem com a luta. Defendeu a unidade da classe operária e seu método próprio de luta, a greve, a ocupação das fábricas e o controle operário da produção, para colocar fim às demissões e aos fechamentos de fábricas. Ligou a luta pela redução da jornada, sem redução de salário, à luta por emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Reafirmou

que o movimento operário não tem como enfrentar os choques com a Volkswagen sem lutar pelo controle operário da produção, que é o controle coletivo das fábricas pela classe operária.

Construir uma direção revolucionária

Esta experiência e todas as demais derrotas que os trabalhadores vêm sofrendo mostram a necessidade de construir as frações classistas e revolucionárias no interior das fábricas, sindicatos e centrais. A burocracia sindical constitui um grande obstáculo, para os trabalhadores resistirem à exploração capitalista. É neces-

sário expulsar dos sindicatos a burocracia traidora.

O ponto de partida é organizar uma fração de operários que levantem um programa anticapitalista e anti-imperialista. Somente assim será possível combater a política de conciliação de classes da burocracia, desenvolver os métodos coletivos de luta, restabelecer a democracia sindical, unificar a classe operária e organizar o movimento operário sobre a base de comitês de fábricas independentes da patronal e do governo. Essa tarefa só poderá ser concretizada se a vanguarda consciente se colocar pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Rechaçar a ação repressiva do Estado à panfletagem em Santo André Responder com os métodos da classe operária

No dia 20 de setembro, foi organizado pelo Comitê da região do ABC, composto por militantes do MAIS, PSOL, POR, ESPAÇO SOCIALISTA, RENOVAR, MRT, alunos da UFABC e Independentes, uma panfletagem contra a Lei da Mordada e contra o “Projeto Escola sem Partido”, na proximidade das estações ferroviária e rodoviária, em Santo André. Para a denúncia, foi utilizada uma caixa de som e panfletos. Depois das 18 horas, apenas se manteve a distribuição dos panfletos. Alguns policiais, que supostamente faziam segurança, iniciaram as costumeiras exigências de tomar os documentos e pedir os nomes dos responsáveis. Uma militante que estava filmando a atividade do comitê teve seu celular apreendido. Diante dos protestos, os policiais com truculência prenderam um dos manifestantes. Na delegacia, os policiais reconheceram a militante e a detiveram. Rapidamente, militantes se aglomeraram no local e depois de assinar o Boletim policial, os presos foram soltos.

Veja a que ponto chega a repressão policial. Uma panfletagem

de denúncia acabou sendo caso de polícia e resultou em punição a dois militantes. A polícia está orientada para impedir toda manifestação contra a política dos governos. Esse exemplo de Santo André é a prova de quanto a polícia tem agido repressivamente. Além de assassinar quase que diariamente os jovens nos bairros operários, o braço armado do Estado age duramente contra os protestos dos explorados. Está aí por que devemos levantar a bandeira do desmantelamento da polícia por ser o órgão da ditadura de classe da burguesia.

Esse Comitê, constituído para impulsionar a luta contra as reformas trabalhista, do ensino médio e da previdência, vem atuando contra todas as medidas antipopulares dos governos. Por isso, organizou a panfletagem contra o autoritarismo do projeto “Escola sem Partido” e em defesa da educação pública, científica e autônoma. E vem lutando para que as centrais sindicais retomem o combate às reformas do governo golpista de Temer por meio da greve geral.

Rio Grande do Norte

MPT cobra multa milionária à Guararapes por “irregularidades”. O burguês Flávio Rocha chantageia com ameaça de fechar fábricas

No dia 11 de setembro, o Ministério Público do Trabalho do RN iniciou uma ação contra o grupo Guararapes por irregularidades, cobrando uma indenização coletiva de 37,7 milhões ao grupo, a ser revertida para o FAT ou entidades (públicas ou privadas) “sem fins lucrativos”. Essa ação diz respeito à terceirização da produção da Guararapes por meio do programa “Pró-Sertão”, coordenado pelo SEBRAE e criado em parceria com o governo estadual, pelo qual a Guararapes transferiu pelo menos 17% de suas operações no RN para o interior do estado, onde explora a força de trabalho de operários por meio das fações (terceirizadas). Segundo o MPT, “os empregados das fações recebem menor remuneração e têm menos direitos trabalhistas do que os empregados contratados diretamente pela Guararapes, inclusive quanto à saúde e segurança do trabalho”; ainda, informa que os facionistas alegaram dificuldades financeiras de pagar salários, 13º e férias, pois o preço da costura das peças, fixado pela Guararapes, não seria suficiente para cobrir os custos operacionais.

Diante disso, o proprietário da Guararapes, Flávio Rocha, lançou uma campanha midiática com o objetivo de se sair por vítima e culpar o MPT pelo fechamento de postos de trabalho

no estado. Em rede social, tenta justificar a redução, desde 2008, de 60% para 20% das operações do grupo Guararapes no RN a uma suposta perseguição do MPT à empresa. Além disso, protagoniza, junto com o deputado Rogério Marinho (PSDB) e outros empresários e pequena burguesia liberal, um movimento contra a ação do MPT e em defesa do “Pró-Sertão”, chamado “Grito do Emprego”, que teve início com uma audiência pública em São José do Seridó. Esses impostores tentam se passar inclusive como os defensores dos interesses dos operários, conseguindo fazer uma boa parte dos trabalhadores se mobilizarem contra o MPT e em defesa dos interesses patronais.

A realidade é que, independente de multas, o grupo Guararapes já vem, há muito tempo, transferindo seu capital para outros estados e países, no intuito de pagar menores salários e direitos trabalhistas, e de obter mais subsídios fiscais. A indústria da Guararapes em Natal já chegou a empregar 20.000 operários, era a indústria têxtil que mais empregava no mundo, e hoje tem apenas 7.500. Cerca de 10.000 desses empregos foram transferidos para estados como Paraíba e Ceará, e para países como China e Paraguai. O restante (cerca de 2.500 empregos) foi transferido para o

interior do estado por meio do Pró-Sertão, e agora estão ameaçados pelo burguês Flávio Rocha de desaparecerem.

Os operários não podem confiar nem nos patrões, nem nos governos. O burguês Flávio Rocha, que hoje se passa de vítima e de defensor dos empregos, chantageia dizendo que vai fechar as fábricas, mas esconde que lucrou R\$ 317,6 milhões em 2016, valor quase dez vezes maior do que a própria multa. Esse senhor é responsável pela diminuição dos postos de trabalho na Guararapes do RN e pela implementação das intensas jornadas de trabalho, sem mesmo ter intervalos satisfatórios para a ida ao banheiro, por obrigar que os operários trabalhem doentes, pela ausência de EPIs nas fábricas do interior (como relatado pelo MPT), isso sem que se pague um salário que garanta minimamente as condições de vida de uma família, tudo em prol do seu interesse burguês de manutenção da taxa de lucro. Os proprietários das facções, uma espécie patrões intermediários, também

são parte dessa cadeia de exploração, servindo de instrumento para que o Flávio Rocha explore a força de trabalho do interior do estado. O MPT, por outro lado, não fez e não fará nada para impedir a elevação do desemprego no estado, nem as “irregularidades” trabalhistas, pois só o que tem feito são ações judiciais e cobranças de multas.

Sem uma direção revolucionária, a revolta de uma grande parcela dos operários diante da iminência do desemprego acaba sendo canalizada pela burguesia, em particular pela campanha patronal contra o MPT (movimento “Grito do Emprego”), ou seja, por uma disputa interburguesa. Longe disso, o caminho da independência de classe passa por os operários confiarem apenas em suas próprias forças e, diante do fechamento das facções, defenderem seus empregos com a ocupação imediata das fábricas para mantê-las funcionando, sob controle operário.

Rio Grande do Norte

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS: A BURGUESIA SUCATEIA E DEPOIS ENTREGA PARA AS MULTINACIONAIS

O governo golpista de Temer (PMDB), juntamente com os diretores do alto escalão da Petrobrás, decidiu leiloar os poços da área sul (as subestações de Riacho da Forquilha, Lorena e Upanema), com o argumento de que possuem baixa produção. Essas subestações possuem centenas de poços em seus campos.

A corrupção que desviou milhões da Petrobrás e o “ajuste fiscal” (corte dos gastos realizados pelo governo federal) conduziram a empresa a diminuir verbas para o investimento nos poços e terceirizar serviços, tentando também diminuir a quantidade de operários pagos pelo governo federal.

Essas subestações começaram a ter um orçamento baixo para a sua manutenção e isso levou à degradação. Os cortes no investimento da Petrobrás levaram à diminuição da quantidade dos trabalhadores em todas as unidades da Petrobrás, inclusive na área sul. Por sua vez, os poços sem manutenção começaram a ter uma baixa produção. Já que para um poço se manter produtivo é necessário ter uma boa manutenção. O custo operacional desses poços passou a ser muito alto. Para a Petrobrás não é viável, mas para privatização é viável.

A produção do campo de Ponta do Mel, que pertence a uma empresa privada, produz duas carretas e meia de óleo bruto a cada dia e é viável. De acordo com a cotação do barril de petróleo do dia 11 do corrente mês, que foi de US\$ 54,20, daria um faturamento de aproximadamente 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por mês. E o trabalhador de lá é melhor remunerado do que os terceirizados da Petrobrás.

Para termos uma noção, um único poço em RFQ (Riacho da Forquilha) produz 100 metros cúbicos de óleo. Só isso já daria uma produção diária de quatro carretas de óleo bruto e no campo de LOR (Lorena) tem outro com 90 metros cúbicos de óleo, isso são só dois poços, fora o restante do campo. E ainda tem o gás natural. Ou seja, se o campo de Ponta do Mel é viável, imagine os campos da área sul.

É por isso que todo operário consciente não pode aceitar a privatização da Petrobrás. A burguesia brasileira é incapaz de defender a soberania do Brasil. Ao contrário, submetida ao capi-

tal estrangeiro, principalmente ao capital financeiro norte-americano, destrói as estatais, inclusive de setores estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira (hoje está tentando vender a Eletrobrás, ramo da energia), e entrega à burguesia estrangeira. Assim, faz com que cada vez mais o Brasil dependa de outros países. A soberania do Brasil depende da ação direta da classe operária em sua luta independente da burguesia. Portanto, com seu programa revolucionário destruir o capitalismo através da revolução proletária.

Os trabalhadores podem pensar que com a privatização dos campos da área sul vão surgir novos postos de trabalho, pois haverá investimento e manutenção adequada para que os campos se tornem produtivos novamente, dessa maneira aumentando a quantidade de trabalhadores envolvidos. E que com a privatização esses trabalhadores possam receber melhores salários que nas empresas terceirizadas da Petrobras.

Mas mesmo que isso ocorresse, os empregos seriam mais precarizados ainda, principalmente agora com a destruição dos direitos trabalhistas através da reforma aprovada no Congresso defendida pelo governo golpista de Temer (PMDB). Como por exemplo, o trabalho intermitente. Antes, tinham-se contratos de trabalho de três a cinco anos, mesmo que a empresa perdesse o contrato com a Petrobrás, a nova empresa contratava e só se mudava de farda. Hoje, primeiro, não tem nem mais contrato de trabalho de três anos. Agora o mais comum é de 1 ano. Com o trabalho intermitente, o empregador da terceirizada pode contratar o trabalho por horas de serviço, intercalando inclusive os dias. Mesmo com a hora de trabalho melhor remunerada, o serviço pode ser contratado sob a forma precarizada.

É preciso combater a implementação da reforma trabalhista. O governo golpista de Temer (PMDB) aprovou, mas será a partir de novembro que ela entrará em vigor. Aprovar no Congresso aliado de Temer, é uma coisa, aplicá-la sobre as classes exploradas é outra completamente diferente. Não podemos aceitar. Vamos organizar a luta e derrotar a reforma trabalhista impedindo a sua implementação pelos patrões.

Juiz autoriza terapia psicológica para curar gays: posição proletária diante da opressão sobre os LGBTs

O Juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do DF, concedeu, no último dia 15/09, uma liminar que torna legal o tratamento psicológico para reversão sexual. Dessa forma, o magistrado chancela que homossexuais possam ser tratados como doentes e submetidos a terapias de cura.

A liminar é resultado da ação de um pequeno grupo de psicólogos religiosos e conservadores que não aceitam a resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que rejeita, corretamente, como anticientífica, a caracterização da homossexualidade como patologia e proíbe práticas de terapias de reversão. A liminar se deu em favor da ação judicial impetrada pela psicóloga e missionária Rozangela Alves Justino, cujo registro profissional havia sido cassado em 2009 por não respeitar a resolução do CFP. Em seu blog chegou a afirmar que *“o movimento pró-homossexualismo tem feito alianças com conselhos de psicologia e quer implantar a ditadura gay no país”*, acrescentando depois: *“Tenho minha experiência religiosa que eu não nego. Tudo que faço fora do consultório é permeado pelo religioso. Sinto-me direcionada por Deus para ajudar as pessoas que estão homossexuais”*.

Como se vê por trás deste grupo de psicólogos se escondem as posições clericais mais conservadoras e obscurantistas. Basta isso para se compreender que a terapia de reversão está voltada inteiramente contra os LGBTs. Já não bastam os assassinatos impunes, as agressões e humilhações. É preciso requestrar a antiga fábula da doença e cura dos desvios do padrão sexual ‘natural’. Não há nada de ação desinteressada, supostamente ‘científica’ em nome da pesquisa e da ajuda psicológica àqueles que necessitam, como querem fazer crer os conservadores. Lembremos

que até a Organização Mundial de Saúde (OMS), ligada à ONU, órgão da burguesia imperialista, retirou a homossexualidade de sua lista de patologias desde 1990. A liminar do Sr. Waldemar Cláudio de Carvalho é não apenas um golpe contra gays e lésbicas, mas também contra o pensamento científico e em favor do reacionarismo religioso.

Mal o infeliz Juiz expediu a liminar, e correram para apoiá-la, juntando-se aos obscurantistas religiosos, os muitos grupos burgueses e pequenos burgueses direitistas e fascistas, que têm se fortalecido em razão da crise econômica e da prostração do PT traidor. Em comum, a luta em nome dos hipócritas valores familiares e cristãos, a defesa ferrenha da propriedade privada burguesa e a manutenção da opressão sobre homossexuais e mulheres.

A tarefa colocada é a de levar a luta unificada contra a opressão e pela total igualdade de direitos civis aos LGBTs. A tarefa de derrotar a investida conservadora dos grupos burgueses clericais, direitistas e fascistas contra os homossexuais deve ser assumida pelo conjunto dos explorados, em particular o proletariado, e não apenas pelos movimentos de minoria pequeno-burgueses. A emancipação completa e o fim das variadas expressões de discriminação e preconceito só alcançarão sua realização plena com a supressão das bases materiais da velha sociedade: a propriedade privada, a velha família burguesa etc., o que só poderá ser conquistado com a revolução proletária, que haverá de libertar, dessa forma, não apenas as gigantescas massas trabalhadoras, mas a humanidade inteira de todo tipo de sujeição brutal, degradação e opressão de um ser humano sobre outro.

Crítica ao Plano Popular de Emergência (parte V)

No Jornal Massas 547, iniciamos a crítica sobre o Plano Popular de Emergência, publicado em 19 de maio de 2017. Na primeira parte, comentamos a introdução do documento; na segunda, a “Democratização do Estado”; na terceira, analisamos a “Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda”; na quarta, tratamos da “Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. Agora, discutiremos os pontos sobre os direitos.

O ponto V do Plano Popular de Emergência encontramos os “direitos sociais e trabalhistas”. Diz respeito diretamente às necessidades e interesses dos explorados. Em nenhum momento, no entanto, refere-se à exploração do trabalho, opressão e luta de classes. Lembremos que na sua introdução se propunha um “projeto nacional de desenvolvimento”, que entre outros objetivos estava o de “enfrentar a desigualdade de renda” e erigir “um modelo social baseado no bem-estar”. Essa formulação é reformista e tipicamente socialdemocrata. O que quer dizer que rechaça a luta de classes e se propõe conciliar capital e trabalho por meio de uma política do Estado. É o que o PT procurou fazer quando governou por 13 anos o país. A CUT foi completamente estatizada, servindo de correia de transmissão ao movimento sindical da política petista. A Força Sindical, por sua vez, negociou sua arrematamento quando era de seu interesse e passou para oposição quando lhe era mais conveniente.

É importante referir-se a esse percurso porque muita demagogia se fez sobre melhorias em torno dos direitos sociais, trabalhistas, saúde, educação e moradia. Comparado com a vitrine do governo de Fernando Henrique Cardoso, a de Lula e Dilma

é mais atrativa. O que se pode dizer é que um governo burguês foi um pouco mais favorável que outro a algumas das necessidades dos explorados. No fundamental, porém, não se alterou a superexploração da força de trabalho, a pobreza e a miséria das massas. O salário mínimo é, sem dúvida, o patamar que indica a brutal exploração e suas consequências sociais. Segundo cálculos, nos dois mandatos de Lula, houve um aumento real de 53,6%. O que diferencia seu governo de Fernando Henrique, no qual, em seus dois mandatos, o salário mínimo teve um aumento real de 21,89%. Ocorre que Lula havia prometido dobrar o salário mínimo no seu poder de compra real. Lula terminou seu mandato em 2010 com o salário mínimo de R\$ 510,00. Nos cálculos de Dieese, que são conservadores, o salário mínimo real deveria ser então de R\$ 2.227,53. Mesmo que Lula tivesse dobrado, mal alcançaria metade do que previa o Dieese. Quando Dilma Rousseff foi derubada pelo impeachment, em 2016, o salário mínimo estava em R\$ 880,00, sendo que o do Dieese seria de R\$ 3.777,93. A economia no governo de Lula caminhava a favor dos ventos. No mandato de Dilma, os ventos viraram. Está aí por que mudou a regras da tal da “política de valorização do salário mínimo”. Os interesses dos capitalistas falaram mais alto.

O Plano Popular de Emergência retoma a mesma falácia que serviu para encantar os explorados diante da candidatura Lula como a via de solução da pobreza e da miséria. Diz que vai constitucionalizar o direito à “renda mínima e a política de valorização do salário mínimo”. Quando tinham o governo em suas mãos não cumpriram a

meta de dobrar o salário mínimo de fome.

Outro ponto essencial no Plano é o que se refere à jornada de trabalho. Jornada e salário constituem as duas faces da moeda da exploração capitalista. É dessa relação que os exploradores extraem o excedente (mais-valia) de valor criado e acumulam capital. O exército de desempregados é parte estrutural do funcionamento da economia capitalista. Ocorre que tem se avolumado a níveis assustadores. No governo Lula, houve um decréscimo, cuja marcha parecia sustentável. Era o que apregoava o PT. De uma taxa de 12,4% de desemprego no fim do governo de Fernando Henrique, baixou para 6,7% em 2010, quando Lula terminou o seu mandato. As condições se inverteram no governo de Dilma, golpeado pela queda econômica e em seguida pela recessão. No momento do impeachment, a taxa de desemprego havia alcançado 11,8%. Em abril de 2017, já estava em 13,7%. A tendência geral do capitalismo – isso em nível mundial – não é a de reduzir o desemprego, mas a de aumentar. O PT e sua burocracia sindical há muito pleitearam a redução da jornada para 40 horas semanais. No melhor momento da economia, Lula não se empenhou em implantar tal medida. Adaptou-se à resistência da burguesia, que procura maior jornada e maior produtividade da força de trabalho.

No item 40 do ponto V (direitos sociais e trabalhistas), o Plano Popular de Emergência repete a bandeira das 40 horas, sem se quer condicioná-la à não redução dos salários. Sem dúvida, a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, é uma das bandeiras fundamentais da classe operária. A experiência tem mostrado que os redatores do documento petista nunca defenderam seriamente essa antiga reivindicação. O exemplo mais gritante é o do Sindicato Metalúrgico do ABC, que compactuou com as multinacionais na aplicação da flexibilização capitalista do trabalho. Está aí por que não se diz nada sobre o Banco de Horas, lay-off, PDV, Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e semana de quatro dias. Essa parafernália imposta pelas multinacionais resultou em redução de jornada com redução salarial e demissões. O governo petista, a sua burocracia sindical e as montadoras, em conluio, colocaram na forma de lei essa parafernália.

A desfaçatez é tão grande que, no item 44 desse mesmo ponto,

Considerações sobre o 6º Congresso do PSOL

Iniciamos no Jornal Massas 549 nossas considerações sobre as teses do PSOL ao 6º Congresso. Comentamos a estrutura federativa do partido, o partido de filiação e a tese geral de “uma alternativa de esquerda”, que comparece em praticamente todas as resoluções. No Massas 550, analisamos os aspectos da conjuntura mundial, discutindo a caracterização de que há uma tendência dos explorados de se armarem de uma “alternativa de esquerda”. Agora, trataremos da conjuntura nacional.

A crise política que resultou no impeachment de Dilma Rousseff concentra a maior parte da atenção das 11 teses que analisamos. Uma delas, a da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), não admite que houve um golpe de Estado. Eis: *“De nossa parte, não temos nenhum acordo com essa tese propagandeada pelo petismo de que foram vítimas de um ‘golpe’.”* As demais têm acordo na caracterização. Nota-se que não há grandes diferenças. As explicações econômicas e políticas, as críticas ao PT e a rejeição ao governo Temer são praticamente iguais. A questão da corrupção suscita divergência quanto à conclusão de se se deve levantar a bandeira de “prisão a todos”, o que incluiria Lula. A tese do MES considera que foi um erro não vincular a campanha contra o impeachment com a corrupção. Eis: *“Falar apenas contra o impeachment era insuficiente para impedir a manobra que se converteu em golpe*

é proposto “ampliar a proteção social através do Programa Seguro Desemprego”. Oculta-se que Dilma e seu ministro Levy alteraram para pior as regras do seguro-desemprego por meio da Lei 13.134, de 2015. No item 45, advoga-se a revogação da “Lei de Terceirização irrestrita”, aprovada no governo de Temer. Nunca o governo do PT e sua burocracia sindical se opuseram à terceirização. Ao admitirem essa modalidade de contratação na “atividade-meio”, facilitou-se a sua extensão para a “atividade-fim”. O governo golpista de Temer não só a tornou irrestrita (Lei 13.429) como a enquadrado como parte da draconiana reforma trabalhista. O movimento pela derrubada das reformas de Temer foi desmontado a partir da greve geral de 28 de abril, quando a classe operária assumiu a posição de luta nacional. No final das contas, a Força Sindical negociou com o governo e a CUT se acomodou por trás do palavreado da defesa da “democracia” e do “governo legítimo”.

Não é preciso se estender muito em relação aos outros direitos. É vergonhoso requestrar a defesa do Plano Nacional de Educação, quando o governo petista teve todo o tempo do mundo para aplicá-lo. No que se refere à saúde, educação e moradia, o Plano Popular de Emergência não faz senão repetir a velha fórmula de “fortalecimento do SUS”, “cumprimento das metas do PNE” e “aplicação da Constituição Federal”. O Plano do PT simplesmente ignora o avanço da privatização em todos esses setores sociais. Em outras palavras, o PT e seus aliados não só nunca foram contra as privatizações como as impulsionaram. Basta ver os resultados do Prouni, Fies e as ricas isenções aos exploradores da educação.

Os reformistas estão obrigados a contornar as leis econômicas que sustentam a sociedade de classes. A pobreza, a miséria e as brutais condições sociais são consequências inelutáveis. Os institutos da burguesia são obrigados a reconhecer a crescente concentração de riqueza de um lado e de pobreza, do outro. Volta e meia publicam dados que apontam que os 10% mais ricos da população detêm mais da metade da riqueza nacional e os 50% mais pobres ficam apenas com as quirelas. Não há, portanto, governo burguês, por maior apoio popular que tenha, capaz de reverter essa lei histórica, uma vez que se assenta na propriedade privada dos meios de produção.

parlamentar. Era um caminho de derrota, de confusão entre o PSOL e a cúpula petista”.

Outro aspecto importante é que bandeiras se deveriam defender diante do governo golpista. Critica-se a bandeira de “diretas já”, por se limitar à eleição presidencial. Comparecem, assim, em meio às críticas das “diretas já”, fórmulas como “eleições gerais” e “Constituinte exclusiva”. Há um acordo com a bandeira de “Fora Temer”. No fundo, todas as teses estão pela remoção de Temer pela via das eleições. A ala mais à esquerda acredita que, com a bandeira de “eleições gerais”, o PSOL se distinguiria do PT e da Frente Brasil Popular que se armaram da bandeira do “Fora Temer, Diretas já”.

Há, também, diferenças quanto à tática de intervenção do PSOL na crise política. A tese da Luta Socialista (LS) e Construção Socialista (CS) considera que a direção do PSOL, ou seja, a Unidade Socialista (US), se adaptou ao PT no processo da crise. O que significaria um distanciamento em relação ao que a LS e CS dizem ser *“um programa de ruptura com a ordem capitalista”*. A tese do MES vai na mesma linha. Eis: *“Durante a luta contra o impeachment o PSOL não conseguiu aparecer com uma política independente”*. Neste caso, nas teses, a tática tem a ver com a estratégia. O MES considera que o seguidismo do PSOL ao PT se deve ao fato de ter-se agarrado no

“Fica Dilma”, sem vincular essa bandeira à defesa das eleições gerais e não apoiar as investigações da Lava Jato. Como se vê, essa corrente não somente critica o PSOL quanto à estratégia em relação à remoção de Dilma pelo impeachment, quanto, depois da ascensão de Temer, a resposta diante da corrupção. A tese da CST, que considera que não houve um golpe, realiza a crítica mais aberta contra a direção. Afirma: *“Hoje o eixo de grande parte do PSOL é a política das Diretas Já, tese defendida pela US, corroborada por outros setores do partido, uma saída por dentro desse regime apodrecido e corrupto”*. Conclui criticando a tática frentista do PSOL e exige que se *“rompa com essa frente e tenha como eixo as lutas e não saídas meramente institucionais”*. Chama a atenção o fato dessa tese não fazer nenhuma referência à bandeira de eleições gerais, embora se coloque pelo “Fora Temer”. Quanto à questão da corrupção, a CST está de acordo com a bandeira do MES de prisão a todos. Entre as teses opositoras à direção majoritária, porém, não há acordo em vincular a bandeira das eleições gerais à prisão de todos os corruptos.

Nessa discussão sobre a bandeira e a tática, a tese da Frente de Esquerda (que reúne os agrupamentos LSR, NOS, Comunismo e Liberdade, Nova Praxis-RN, GAS-RN, Transição-PE, Comuna, Subverta, FOS, M-LPS, Socialismo ou Barbárie e Avança PSOL-RN) diz que se deve *“manter a luta contra as contrarreformas e defender diretas já”*, mas afirma que é *“insuficiente”*. E que é preciso colocar *“o Congresso golpista”* contra parede, defendendo *“no plano nacional Eleições Gerais, realizadas com novas regras, mais democráticas”*. Procura, assim, apoiar a tática da direção, que se aliou ao PT na resistência ao impeachment, mas criticando-a indiretamente por não defender as eleições gerais, que modificariam a composição do Congresso Nacional.

A tese da direção, Unidade Socialista (US), ressalta o fato do partido e de seus parlamentares terem se colocado contra o golpe e *“em defesa da democracia, sem deixar de demarcar as diferenças com o governo Dilma”*. E conclui: *“Reafirmar a bandeira das Diretas e a resistência às reformas é fundamental”*. Essa formulação contém a síntese de um balanço e a defesa da linha da direção.

O 6º Congresso do PSOL ocorrerá no momento em que, provavelmente, as bandeiras de “Fora Temer”, “Diretas já”, “Eleições Gerais” e “Constituinte” não terão valor prático. O fato do PT pôr de lado a bandeira de “Diretas já” é a prova mais segura desse prognóstico. O momento mais propício para impulsionar as ilusões democráticas das massas foi precisamente quando a Procuradoria-Geral fez a primeira denúncia de “corrupção passiva” contra Temer, baseada nas provas de Joesley Batista. O PT, como o principal alvo da Lava Jato, não viu porque convocar novas manifestações pelo “Fora Temer”. O PSOL, por sua vez, se mostrou limitado e incapaz de ocupar o lugar do PT. E as esquerdas que faziam barulho pelo “Fora Temer”, “Fora Todos” e “Eleições Gerais” se revelaram impotentes e caíram no desânimo. Assim se passará no 6º Congresso, uma vez que nenhuma de suas correntes fez uma crítica estratégica e, conseqüentemente, tática à política do partido. Nenhuma das teses se anima a dizer que o “Fora Temer”, “Diretas Já” e “Eleições Gerais” são variantes de uma mesma estratégia, que é a de substituir o governo burguês golpista por um governo burguês eleito. A tese da CST aproxima-se alguns centímetros da crítica da estratégia institucional, quando se refere ao fato do PSOL procurar as saídas institucionais. Se mostrasse o conteúdo de classe da saída institucional veria que é típica do reformismo pequeno-burguês. A CST, portanto, não tem como fazer uma crítica proletária.

O fundamental dessa discussão não está em saber qual é a posição democraticamente mais radical, mais à esquerda. E sim determinar o conteúdo de classe da política, das bandeiras e da

estratégia de poder. De forma que a tese que mais procura se diferenciar do democratismo do PSOL conclui, finalmente, na mesma vala comum. Esse aspecto tem a ver com as heranças que o PSOL arrasta do PT, cuja estratégia era a de constituir o governo democrático-popular. Várias teses a conservam e a defendem como uma via necessária para o PSOL se tornar a almejada alternativa de esquerda e socialista. Mas esse aspecto trataremos na próxima publicação, quando discutiremos a questão do programa.

Resta um último comentário em torno da caracterização do governo Temer. A tese da CST, que como dissemos parece ser a de crítica mais radical, o tem como governo “ilegítimo”. Essa caracterização se estende ao Congresso Nacional, como comparece na tese da Ação Popular Socialista (APS). E também se estende para as reformas de Temer, no caso da tese do MES. Em resumo, o governo Temer, o Congresso Nacional e as reformas são “ilegítimos”. Uma parte das teses não se preocupa em caracterizar o governo saído do impeachment. A tese da Unidade Socialista traz uma explicação sobre o caráter “ilegítimo” do governo. Vejamos: *“Para a elite, surgiu com o golpe a oportunidade de ter um governo que representasse seus interesses sem mediações, capaz de conduzir contrarreformas que retrocedem em mais de um século as lutas dos trabalhadores e as conquistas da Constituição de 1988”*. Trata-se de uma caracterização baseada na formalidade da democracia burguesa. Temer é “ilegítimo” porque não foi eleito. Se fosse eleito teria “legitimidade” para levar adiante as tais das “contrarreformas”? Estamos diante, portanto, de uma caracterização e uma crítica do ponto de vista do democratismo pequeno-burguês. A explicação de que se trata de um governo que representa interesses da burguesia “sem mediações” indica que as reformas antinacionais e antipopulares são impostas ao país e aos explorados sem que haja participação das forças políticas e sindicais no seio do Congresso Nacional. Se a tese da direção fosse minimamente conseqüente, neste ponto, deveria reconhecer em Temer um governo de ditadura civil. Ocorre que se refere à “ilegitimidade”. Em contrapartida, um governo eleito, portanto, “legítimo”, levaria adiante sua política burguesa (“das elites”, conceito usado para diluir o caráter de classe) por meio de “mediações”, em outras palavras, de negociações parlamentares. Como constatamos, as teses, em seu conjunto, expressam, mais à direita ou mais à esquerda, o democratismo.

O que mais chama atenção é a superficialidade ou a inexistência de um balanço sobre a luta contra as reformas do governo Temer. O desprezo não é por acaso, ou por desconhecimento. Podemos dizer que as teses contornam ou desconhecem por necessidade política. O que tem a ver com a relação entre a estratégia e a tática de enfrentamento ao golpe de Estado e à ditadura civil de Temer. A tese da CST é a que mais espaço dedica à avaliação. Enfatiza: *“A entrada da classe trabalhadora na luta contra as reformas é fundamental para derrotar o governo”*. Constata que a *“disposição e potencial de luta se chocam contra as políticas das principais centrais sindicais como a CUT, CTB, Força Sindical e a UGT”*. Conclui a crítica afirmando que *“a segunda greve geral do dia 30 de junho foi desmontada pelas principais centrais sindicais, que abandonaram o Fora Temer e converteram o 30 de junho num genérico dia de paralisações e atos (...)”*. A tese da APS se limita a vangloriar o *“Ocupa Brasília de 24 de maio”*. E lamenta que *“a greve de junho não tenha obtido o mesmo êxito”*. A tese do MES constata que houve um *“desmonte da greve geral de 30 de junho pela Força Sindical e UGT, por um lado, e de desmobilização da CUT, por outro”*. Conclui que as centrais *“tiraram a pressão sobre o governo e facilitaram a aprovação da reforma trabalhista pelo Senado em 11 de julho”*. A tese da TLS refere-se à grande capacidade de resistência dos trabalhadores, demonstrada nas jornadas de março e na greve geral de 28 de abril. E ressalta:

Os gritos de *Fora Temer e cadeia para os corruptos* foram a tônica destas manifestações, que continuaram a ocorrer culminando ainda com menor intensidade na greve de 30 de junho (“crítica o boicote das centrais). A tese da US reconhece “o sucesso da Greve Geral de 28 de abril”. Quanto ao 30 de junho, faz a seguinte avaliação: “As dificuldades das mobilizações de 30 de junho devem nos fazer refletir sobre a perda de densidade que os movimentos sindicais sofreram, para além da burocratização de certas direções, sobretudo pela profunda reestruturação do trabalho conduzida pelo capital”. A tese da Frente de Esquerda indica a importância das mobilizações contra as reformas, que vinham num crescente desde 8 de março. Já a greve geral em 30 de junho teve “sua preparação abandonada pela Força Sindical e UGT, que iniciaram negociações com Temer”. A crítica à CUT se deve ao fato desta ter substituído a greve geral por um dia de paralisações e luta.

Há um acordo em que a greve geral de 28 de abril foi o ponto alto da resistência contra as reformas. E que o 30 de junho foi desmontado pelas centrais. A partir daí, aparecem as particularidades da avaliação. A CST acha que a desmobilização se deveu ao abandono do “Fora Temer”. A US diz que, além da burocratização de “certas direções”, os trabalhadores se mostraram afetados pela reestruturação do trabalho, o que quer dizer que as condições objetivas os tornavam refratários à mobilização. As demais teses não se empenharam em encontrar as causas do desmonte do movimento. Assim, esse importante aspecto da luta de classes ficou reduzido à explicação da direção majoritária (US) e da oposição mais à esquerda (CST). A primeira, sequer considera que há uma burocratização generalizada das centrais e sequer nomeia os responsáveis pela traição aos interesses dos explorados. E ainda por cima procura responsabilizar os próprios trabalhadores, valendo-se do argumento da reestruturação produtiva. A segunda considera que a bandeira do “Fora Temer” foi o motor das mobilizações, evidentemente de acordo com os interesses do PT. As outras teses

ao permanecerem na pura constatação se negaram a analisar o fenômeno político em seu conjunto.

Ocorre que a classe operária, que foi a força motriz da greve geral abril, estava pela derrubada das reformas, enquanto as direções das centrais estavam em campanha pelo “Fora Temer” pelas “Diretas Já” e pela defesa geral da democracia burguesa, como foi o caso da CUT, CTB, Frente Brasil Popular, MST e UNE. Ou, então, estavam empenhadas em negociar com Temer a reforma trabalhista, como foi o caso da Força Sindical e UGT. A sabotagem do movimento nacional pela derrubada das reformas começou logo em seguida à greve geral, com a divisão do 1º de Maio. O 30 de junho foi um blefe da burocracia, que antecipadamente já era de conhecimento público. A classe operária já não confiava que a luta era pela derrubada das reformas que a atingiam. Ficou claro que o objetivo das centrais como um todo não era de organizar um movimento de grandes dimensões para acabar com as reformas do governo golpista. O “Fora Temer e “Eleições” desviaram o curso do combate ao governo, substituindo a ação direta das massas pelo jogo parlamentar. O PSOL simplesmente foi arrastado por essa política, procurando se postar ao lado do PT como esquerda opositora a Temer.

A estratégia típica de oposição pequeno-burguesa foi a de colocar o fim do governo golpista por meio de novas eleições, que deveriam ser aprovadas pelo próprio Congresso Nacional golpista. Está aí por que a greve geral deveria ser limitada a um dia e não se estender como um amplo movimento de levante nacional contra o governo e as reformas. Para a burocracia cutista e forcista, a greve de abril já estava de bom tamanho para seus objetivos de burocratas submetidos à política burguesa. O PSOL foi incapaz de rechaçar a estratégia petista e sua tática de oposição burguesa. Eis por que nenhuma das teses se animou a fazer um balanço sério, profundo e consistente da quebra do movimento pela derrubada das reformas antinacionais e antipopulares.

APEOESP DECIDE CONVOCAR O FUNCIONALISMO PARA UMA PARALISAÇÃO NO DIA 27/10

Os professores da rede estadual de São Paulo realizaram assembleia no dia 15 de setembro. A assembleia tinha por objetivo retomar a campanha salarial, aprovar a luta contra o desemprego e a retirada de direitos. A situação da educação no estado é calamitosa: fechamento de salas de aula, ameaça de eliminação do turno noturno de várias escolas, expansão da farsa do ensino médio integral, aprovação do projeto Escola sem Partido nas Câmaras de Vereadores de municípios como Campinas e violento ataque aos professores da categoria “O”. Pelas condições objetivas, a assembleia tinha tudo para ser massiva, mas não foi o que ocorreu. Contou ainda com uma vanguarda, que sempre está mobilizada na defesa da educação pública. Diante disso, aprovou-se a convocação de nova assembleia e um ato unificado com o funcionalismo no dia 27 de outubro. E um grande festejo no dia 15 de outubro (dia do professor), intitulado “Tributo à educação”.

O governo, por meio da Secretaria da Educação, que se recusa a responder à pauta de reivindicações, que mantém os salários congelados há quatro anos e que sequer atende o pedido de negociação feito pela direção da Apeoesp, nesse dia da assembleia, poucas horas antes, convocou para uma reunião. Mas não tinha nada para oferecer. Era um blefe.

Durante a assembleia, a Corrente Proletária na Educação interveio defendendo a unidade com o funcionalismo e outros setores de explorados. Mostrou que a única via para repor as perdas salariais e lutar contra as medidas dos governos Temer e Alckmin é

a greve. Retomou a defesa das ocupações de escolas para impedir o seu fechamento, como as ocorridas em 2015, e criticou a conduta das centrais sindicais que desmontaram o movimento grevista após a greve geral de 28 de abril.

Boa parte do professorado sabe que a luta contra as reformas trabalhista e previdenciária depende de uma unidade mais ampla e tem desconfiado, com razão, da atitude das suas direções. Quando convocado para as grandes manifestações do primeiro semestre, respondeu positivamente. Especialmente, em 28 de abril, dia da greve geral. O desmonte desse movimento, contudo, tem causado um efeito muito negativo nas escolas. Por outro lado, os professores sabem que a direção da Apeoesp corrobora com a política eleitoreira do PT e da CUT, expressas pelas bandeiras de “democracia” e “Lula presidente”. Por outro lado, não há um forte movimento de oposição capaz de impulsionar a luta direta e combater os desvios eleitoreiros das direções sindicais. Essa é a tarefa urgente para potencializar a independência de classe, a unidade grevista e enfrentar de fato os governos antinacionais e antipopulares.

A Corrente Proletária continua com sua campanha de defesa da unidade geral dos trabalhadores e do funcionalismo, para derrubar as reformas antinacional e antipopular. Convoca os professores a paralisarem no dia 27 e irem à assembleia para aprovar a luta em favor das reivindicações mais sentidas, fazendo a ponte com as bandeiras gerais de combate à burguesia e ao capitalismo.

Corrente Proletária na Educação faz campanha em defesa de um Congresso classista no SINPEEM

O 28º “Congresso de Educação” do SINPEEM ocorrerá de 24 a 27 de outubro. O nome do evento está entre aspas devido ao problema político que há por trás. A Corrente Proletária na Educação está realizando uma campanha de denúncia nas escolas sobre o caráter desse congresso. Afinal, era para ser um congresso *sindical*, em que os trabalhadores, fazendo uso da democracia operária, deveriam discutir os problemas reais da categoria, deliberar sobre o assunto e decidir as vias para colocar em prática as resoluções votadas. Mas, não tem sido assim há tempos. A direção do sindicato, há décadas nas mãos do caudilho Cláudio Fonseca (vereador pelo PPS), tem feito do congresso um espaço “de formação”, com palestras acadêmicas, atividades culturais e um reduzidíssimo tempo para as plenárias deliberativas – e, mesmo assim, conduzidas de forma absolutamente burocrática. Daí a expressão “Congresso de Educação”.

A campanha da Corrente Proletária denuncia esse formato como distracionista. Elaborou um abaixo-assinado e está percorrendo as escolas para discutir com os trabalhadores. Mostra a importância da ação coletiva, organizada pelo sindicato, importância ampliada pela gravidade da conjuntura de ataques dos governos sobre os empregos, salários, condições de trabalho e direitos. A situação exige um congresso classista, que sirva para armar politicamente a categoria e para organizar o enfrentamento.

Nas escolas, a Corrente Proletária tem encontrado simpatia de uma parcela do professorado, que também reclama da despoliticização e burocratização reinante nas instâncias do sindicato. Outra parcela dos trabalhadores se mostra estupefata com a crítica apresentada, de tão enraizada que se encontra a concepção atual, da direção. Outra parte demonstra ser contra a posição contida no abaixo-assinado, revelando uma considerável penetração da política de cooptação empreendida pela direção, que oferece um “intervalo” na rotina estressante das escolas e pontuação para evolução funcional.

Paraná / Reitores das estaduais do Paraná não conseguem entrar em acordo

Os reitores das sete universidades paranaenses cederam à pressão do governo Beto Richa, que vinha asfixiando o funcionamento das IEES para obrigá-las a negociar sua maior subordinação, ingressando ao sistema de gestão de pessoal META 4. A capitulação se deu mediante a concordância em compor um Grupo de Trabalho para propor um termo de “autonomia” financeira e o META 4.

Capitaneados pelas reitorias das maiores universidades, a de Londrina e Maringá, principais interessadas num suposto termo de autonomia que imaginam arrancar do governo, todos os reitores se puseram a trabalhar para chegar a uma proposta. Ocorre que no quadro do arrocho praticado pelo governo, os recursos efetivamente repassados ao conjunto das universidades não chegam a 6% do orçamento do estado e, nesse quadro, as reitorias de Londrina e Maringá começaram exigindo 3,2% e 2,8% do orçamento cada uma, o que consumiria tudo o que é gasto hoje pelo estado. Como nenhum desses reitores pode sequer sonhar em arrancar mais recursos, criou-se o impasse, e o Grupo de Trabalho fracassou. Devem contentar-se em propor medidas genéricas na esperança do governo concordar em manter o quadro de arrocho atual, e rezam para não serem colocadas no META 4.

Por onde tem passado, a Corrente Proletária tem demonstrado que o formato atual de congresso é resultado de uma determinada concepção de sindicato. Tem a ver com o sindicalismo pelego, também chamado de “propositivo”, em que o organismo de luta dos trabalhadores se converte em ferramenta assistencialista e assume atribuições do Estado. É o que ocorre com a questão da formação. Os sindicatos promovem os cursos de “capacitação”, o que acaba corroborando a tese dos governos de que o fracasso do ensino se deve à formação “deficiente” dos professores.

A função do sindicato devia ser a de rechaçar esse argumento, além de exigir valorização e condições de trabalho, mobilizando a classe ao redor dessas reivindicações. É esse o conteúdo da campanha da Corrente Proletária na Educação: trata-se de defender um sindicato classista, que cumpra o seu papel na luta de classes. Quando se exige a mudança no formato, portanto, é o choque de concepções opostas de sindicalismo que vem à tona.

Era de se esperar que as esquerdas, especialmente a Unidade da Oposição, concordassem com essa formulação. Na prática, deu-se o contrário: ao colocar a campanha em marcha, a Corrente Proletária cobrou um posicionamento da frente oposicionista. A resposta que obteve de quase todas as correntes que a compõem foi negativa. A única exceção foi o PSTU, embora tenha se mantido inerte como os outros. A negativa das correntes de oposição demonstra que a defesa que fazem de um sindicato classista é da boca para fora. Temem se chocar com os setores cooptados pela direção majoritária, não querem esse “desgaste”.

O resultado é que a tarefa caiu inteiramente nas mãos da Corrente Proletária na Educação. O que não é um problema, já que a campanha não implicará novidade alguma na sua intervenção. A defesa de um sindicato classista é parte do programa da corrente, que é o programa da revolução proletária. Os seus delegados militarão antes, durante e depois do congresso empunhando esse princípio. Viva o sindicalismo classista, independente e de luta!

O governo Beto Richa não consegue impor o META 4 às universidades porque está fragilizado por diversas denúncias de corrupção impetradas contra ele pelo Ministério Público e aceitas pelo judiciário. Sofre inclusive neste momento o ataque da RPC, subsidiária da Rede Globo no estado.

Internamente, os reitores das principais universidades aproveitaram a crise para retomar a velha proposta de conseguir a “autonomia financeira” nos moldes das paulistas, que garantiria um índice da arrecadação do estado determinado, para ser gerenciado pela burocracia universitária, reforçando-se no seu poder interno e servindo mais ainda ao governo. Embora tivessem que impor mediante manobras escusas esta alternativa nos conselhos superiores, se chocaram com a triste realidade da desigual distribuição dos dinheiros e a consequente resistência das universidades menores que aspiram ampliar sua participação no bolo. Por isso, fracassaram na montagem de uma proposta de índice para ser distribuída entre todos.

O Comitê Estadual e os comitês locais devem aproveitar o desenlace que se avizinha para ampliar a crítica ao papel de instrumento do governo que a burocracia desempenha e avançar na estruturação de um movimento que imponha a democracia, se

oponha à burocracia e levante a bandeira do governo tripartite e a Assembleia Geral Universitária.

Movimento Estudantil debate Autonomia Universitária

No dia 19 de setembro, no DCE da UEL, os estudantes realizaram um debate sobre Autonomia Universitária. Inicialmente, foi criticada a criação de mais uma comissão de autonomia que elaborou um “calendário de debates” de um assunto já resolvido, pois o Conselho Universitário já deliberou que a UEL defenderia um índice no GT dos reitores. Esses “debates” são apenas para referendar a posição da reitoria da UEL, que já aprovou no Conselho Universitário um índice para pleitear perante o governador Beto Richa.

A ideia de um “índice” determinado no caso das universidades paranaenses, quando foi implementada durante o governo Jaime Lerner, cobria apenas os salários e liberava as reitorias para arrecadar da forma que bem entendessem, inclusive cobrando mensalidades se assim o desejassem.

Foi discutida a experiência da autonomia financeira (índice) das universidades estaduais paulistas, nas quais a experiência vem provando que tal autonomia convive com uma reitoria subordinada (sobretudo no aspecto político) com a ingerência do governo do Estado de São Paulo, inclusive, com a presença da Po-

lícia Militar reprimindo o movimento estudantil. Isto revela que a reitoria numa Universidade Pública, seja no Estado de São Paulo, Paraná ou quaisquer outros Estados, representa os interesses do Estado, que por sua vez representa os interesses da burguesia.

Assim destacaram-se também questionamentos a partir de fatos em que a reitoria vem defendendo uma Autonomia Financeira pautada no índice. Isto porque, segundo uma das falas, “o índice fortalece a reitoria”. Fortalece a ampliação das privatizações na UEL, que concretamente significa cobrar por serviços dentro de uma instituição pública.

Outro ponto destacado pela Corrente Proletária na Educação (CPE) foi a importância da “autonomia do movimento dos estudantes”. Para fazer oposição e mostrar aos estudantes que os Conselhos Superiores são instâncias que servem à burocracia universitária/reitoria. Foi explicitada a defesa da Autonomia Universitária numa perspectiva dos que estudam e trabalham na forma de Assembleia Geral Universitária, a qual expressa o poder estudantil.

O DCE da UEL, que tem na sua diretoria militantes da Corrente, vem desde 2016 desenvolvendo uma política que vai para além da denúncia da reitoria enquanto elemento que serve ao Estado burguês, mas que defende a política do proletariado na universidade, se opondo às ilusões reformistas de resolver os problemas da universidade no marco do capitalismo decadente do Brasil.

Debate sobre o “Governo Temer e a Educação” / Campo Limpo

Realizou-se, no dia 16 de setembro, na região do Campo Limpo, um debate com professores e estudantes secundaristas sobre a Reforma do Ensino Médio, a PEC 55, o Projeto Escola Sem Partido, o sucateamento e a privatização da Educação. Foi feita uma fala inicial por um professor da Corrente Proletária na Educação, com um histórico do movimento secundarista no último período, tendo como objetivo demonstrar as raízes dos atuais ataques contra a Educação.

Essa retomada histórica partiu de junho de 2013, passando pelos atos contra a Copa em 2014, as greves de professores e as ocupações estudantis em 2015, as novas ocupações de escola em 2016 e concluiu com a greve geral de abril. Embora breve, a exposição esclareceu as principais contradições dessas mobilizações e apontou as bases materiais que têm colocado a juventude em movimento.

Ao entrelaçar a descrição dos problemas que afetam a juven-

tude desde então com o problema da crise econômica, permitiu desnudar também os fatores que têm impulsionado as reformas reacionárias dos governos. Assim, a descrição dos pontos específicos da Reforma do Ensino Médio, por exemplo, não compareceu de forma isolada, mas inserida num contexto mais amplo de ataque da burguesia sobre o conjunto dos explorados.

Durante todo o debate, os estudantes puderam fazer as suas observações e tirar as suas dúvidas. Ao final, os presentes discutiram sobre a necessidade de organizar a juventude na região, considerando, nesse sentido, a importância de atividades como essa. Dessa maneira, concluiu-se pela necessidade de realizar um novo debate em aproximadamente um mês. A Corrente Proletária na Educação faz um balanço positivo da atividade, concordando com a proposta de seguir debatendo assuntos de relevância para a juventude oprimida. Envidará esforços para que a mesma se concretize.

Rondônia / Manobras da burocracia do SINTERO para quebrar a greve

Em 6 de setembro, foi deflagrada a greve no município de Porto Velho, contra a vontade da burocracia do sindicato, mas para iniciar no dia 14. O que levou à greve foi a decisão do prefeito de impor uma reposição de apenas 3,51%, dividida em três anos. Quando chegou o dia 14, dia de iniciar a greve, a burocracia tentou manobrar. Contou com o apoio de três filiados, que apresentaram a proposta de suspensão da greve e prosseguir o ano letivo sem interrupção. Os opositores à diretoria do sindicato entrevistaram denunciando a burocracia de não cumprir a decisão já aprovada na assembleia de 6 de setembro. Assim, não conseguiu suspender uma greve, que ainda não tinha efetivamente se iniciado.

No entanto, a burocracia continuou a manobrar, marcando nova assembleia para alguns dias depois (19/9). O objetivo era claro: suspender a greve. Os grevistas se sentiram mais fortalecidos com a notícia de que o Sindicato dos Servidores Públicos do município tinha decidido pela greve, com início no dia 20. Assim, a burocracia do Sintero adiou a assembleia para um dia

após o início da greve dos outros setores, com o mesmo objetivo de suspendê-la.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) interveio juntamente com a Frente de Oposição, denunciando as manobras da direção do Sindicato e defendendo a soberania da assembleia que aprovou a greve. A luta contra o desmonte da greve por parte da burocracia sindical dependerá da força do movimento e da unidade com outros setores de servidores. O isolamento e a passividade jogarão a favor da direção do Sintero. Daí a importância da constituição dos comandos unificados, os comitês de greve e as manifestações de rua massivas e unitárias dos grevistas.

Campanha da Corrente Proletária pela vitória da greve

Companheiros,

1. Não devemos cair na armadilha de suspender a greve. Isso só fortalece o prefeito, que além da vergonhosa proposta de reposição salarial, continuará impondo a eliminação de direitos e

- precarizando cada vez mais as condições de trabalho e ensino;
2. A greve passada trouxe uma lição: a de não aceitar os acordos entre o prefeito e a direção do sindicato, que está na contramão dos interesses dos trabalhadores. Tivemos de retomar a greve porque a situação piorou e tende a piorar ainda mais com a implantação das reformas trabalhista e previdenciária;
3. A defesa da greve é a nossa única alternativa para enfrentar o prefeito. Para isso, precisamos da unidade com outros setores, objetivando a paralisação geral dos serviços públicos municipais;

Rio Grande do Norte

Balanco do XV CONSINTEST-RN

O congresso se constituiu basicamente em 4 pontos: conjuntura, opressões, revolução russa e reforma estatutária. As opressões e revolução russa se resumiram apenas a palestras de convidados para mesas, sem ter havido um debate na plenária, e os respectivos GTs não tiveram comparecimento da base.

O debate de conjuntura ocorreu em dois momentos. No primeiro momento, na abertura do congresso, houve uma mesa composta pelo PSOL (MES e LSR) e PSTU. Em sua fala, o MES disse, dentre outras coisas, que a crise econômica tem ligação com a corrupção, e defendeu a continuidade da Lava-Jato. A LSR falou que há uma insatisfação crescente, mas não há uma “alternativa”, defendeu a “frente de esquerda socialista e dos trabalhadores”, propagandeou a iniciativa democratizante “Vamos”, e colocou a necessidade de discutir um “programa”; no debate, defendeu que o problema da crise estava na “financeirização do capital”. O PSTU fez a defesa da “revolução socialista”, que seria a “derubada” do Congresso, STF, etc., e substituição pelos “conselhos populares”, o que na prática acaba sendo uma democratização do Estado burguês. O POR caracterizou a crise como mundial de superprodução capitalista, explicou que o suposto combate à corrupção se resumia a uma disputa interburguesa pelo poder do Estado (Impeachment, denúncia contra Temer, criminalização de Lula), que o golpe instituiu uma ditadura civil que está aprofundando os ataques aos explorados e que era necessário constituir a unidade dos explorados e a greve geral, a partir das reivindicações transitórias (não pagamento da dívida pública, salário mínimo vital, etc) combinadas com as reivindicações específicas.

O segundo momento da conjuntura se deu na plenária final, para discutir o plano de lutas. Estiveram presentes duas posições claramente definidas: o reformismo do PSOL e o programa revolucionário do POR; o PSTU, centrista, oscilava ora para o lado do PSOL, ora para o lado do POR. Apesar de algumas de nossas propostas terem passado por não haver divergências, perdemos em todas as disputas que houve. Mas, sem dúvida, a disputa em torno da tática foi muito importante para propagandarmos nossas ideias e preparar o terreno para um trabalho de base sistemático.

Houve votações importantes. Uma delas foi a posição diante da condenação de Lula: defendemos contra a condenação, e os tribunais populares; o PSOL e PSTU se colocaram contra nossa proposta. Pedimos destaque na proposta de “hospital universitário 100% SUS”, defendendo que fosse substituído por “100% estatal”; houve questionamento de qual seria a diferença entre “SUS” e “estatal”, e explicamos que se tratava de acabar com a coexistência do público com o privado que o SUS permitia, o que acabava proporcionando a privatização; coube ao PSTU fazer a defesa “tática” do SUS, junto com o PSOL. Na nossa proposta de “nada de conciliação ou pressão parlamentar...”, o PSOL propôs suprimir “pressão parlamentar”, uma vez que defende esse método; nesse

4. Devemos combater a política da burocracia (de uma minoria do sindicato) contra as decisões coletivas das assembleias. É nossa tarefa impor um princípio elementar da democracia sindical, que é o respeito à soberania da assembleia;

Pela vitória da greve!

Rechaço às manobras da burocracia do sindicato!

Unidade grevista dos servidores municipais para impor nossas reivindicações!

momento, o POR e PSTU defenderam o método da ação direta.

Quanto às propostas divergentes, o PSTU esteve junto com o PSOL defendendo “Fora Temer e todos os corruptos!”, “Prisão para os corruptos e corruptores e estatização das empresas envolvidas em corrupção” e “Criar nas lutas e nas ruas um programa socialista que se expresse como alternativa para a classe trabalhadora”, contra as propostas do POR de “Abaixo o governo Temer, por um governo operário e camponês” e “Pela Frente Única Anti-imperialista”. O PSTU esteve junto com o POR na defesa do não pagamento da dívida pública, contra a proposta do PSOL de auditoria da dívida pública.

A parte da reforma estatutária foi marcada por disputas aparelhistas. Sem ter sequer um texto com as modificações no estatuto e sob a justificativa que já havia sido discutido no dia anterior do GT, foi colocada em votação na plenária a inserção de todo um capítulo destinado à criação da chamada “seção sindical”. Assim, a “delegacia sindical” da UFERSA (Universidade de Mossoró) passará a ser seção, terá um maior controle das contribuições sindicais e terá garantida uma vaga para delegado da plenária da Fasubra, dentre outras atribuições. Foi aprovada a criação de uma terceira coordenação geral, a ser ocupada pela então “seção sindical” da UFERSA. Para conseguir tal feito, o dirigente sindical da UFERSA articulou com os campi da UFRN dos interiores, com a bandeira de uma maior “autonomia” em relação ao campus central, criando uma falsa separação entre “interiores” e “capital”. A base dos interiores, que compunham a maioria do congresso, foi levada por esse acordo de bastidores e serviu de massa de manobra para a disputa aparelhista. Vale ressaltar que também contou com o apoio da maioria da direção do SINTEST (MES). Outros atropelos foram a criação de uma terceira coordenação geral a ser ocupada necessariamente por um representante da UFERSA, e que uma vaga de delegado da Fasubra ficasse vinculada à alternância entre os campi da UFRN do interior, em paralelo à escolha de delegados pelas discussões na assembleia geral do SINTEST. Ainda na reforma estatutária, o PSTU defendeu a proporcionalidade na direção, que contou com o apoio do POR, mas perdeu para a proposta do PSOL de manutenção da eleição majoritária.

O Congresso do SINTEST acabou servindo, na prática, para disputas aparelhistas. Apesar de discutir um plano de lutas, o eixo central dos pontos aprovados contém a linha reformista. Ainda assim, a discussão política esteve e continua estando desvinculada do trabalho de base, com o sindicato cada vez mais se burocratizando e sendo levado pela política de conciliação de classes. Diante disso, o POR tem como tarefa a constituição de uma fração revolucionária, que leve o programa revolucionário para a categoria a partir de um trabalho de base sistemático, de modo a derrotar a burocracia reformista e conciliadora e constituir uma direção revolucionária para o SINTEST.

USP - “Eleição” do novo reitor:

É preciso retomar a luta pelo fim do reitorado e pelo Governo Tripartite

Este ano, haverá nova “eleição” do reitor. O mais privatista, precarizador e repressivo reitor das últimas décadas, Marco Antônio Zago, termina seu mandato. Um novo chefe da burocracia universitária, agente do controle do Estado e da classe dominante sobre a universidade, será indicado.

Colocamos “eleição” entre aspas, porque de fato não existe eleição. O que existe é a indicação do novo reitor pelo governador do Estado. A indicação de nomes, propaganda de programas, eleição de uma lista tríptica pelo colégio eleitoral de cerca de 2 mil nomes da burocracia universitária, tudo isso é uma grande farsa. O governador é quem acaba indicando quem vai governar a universidade. Prova disso é que o reitor anterior, Grandino Rodas, foi nomeado pelo então governador José Serra, e não foi o mais votado naquele momento.

O que defendem as direções dos estudantes e professores

A USP é a universidade mais retrógrada do Brasil quanto à sua administração. Aqui, não se respeita nem mesmo o que determina a LDB, que coloca 70% do poder nas mãos de professores, 15% para os funcionários e 15% aos estudantes. Essa proporção na eleição do reitor e formação dos organismos de poder, que mantém o autoritarismo da casta burocrática que governa a universidade, se aplica na maior parte das instituições de ensino superior.

As direções do sindicato dos professores (Adusp) e do movimento estudantil (DCE) defendem a adoção da eleição direta para reitor, com paridade de 33% para cada setor. Essa posição expressa a defesa de uma amenização do autoritarismo da burocracia universitária, preservando seu poder e suas instituições antidemocráticas. Chama isso de “democratização” da universidade. Nas palavras de um diretor do DCE no último Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), isso significa “pedir o mínimo”.

O resultado dessa política, se fosse possível aplicá-la na prática, seria uma maquiagem na atual estrutura de poder, preservando o controle do estado e da burguesia sobre a universidade. Exemplo disso é a conduta da reitora da Unifesp, eleita com voto direto com forte apoio dos estudantes, que se revelou ao manter os processos contra os estudantes que lutaram para conquistar um prédio para a universidade em 2012 e levar adiante as propostas reacionárias da burocracia universitária.

A direção do DCE (PSOL/PCB) tentou fazer aprovar uma campanha de diretas para reitor com o lema “Zago e Temer Nunca Mais – diretas já” no último CCA. Dias antes, realizou uma assembleia geral estudantil sem nenhuma convocação para tentar manobrá-la sem oposição. A assembleia foi pequena e decidiu deixar a decisão para uma próxima, melhor convocada. No CCA, havia outras posições políticas a respeito. A direção do DCE pensou ter maioria para aprovar sua campanha, apesar de não discuti-la com os estudantes. Foi surpreendido pela grande maioria dos CAs, que rejeitaram aprovar a política pela cúpula e exigiram discutir nas bases. Uma nova assembleia, em 21 de setembro, decidirá sobre a questão.

Dizemos que a política das direções estudantil e de professores não é possível porque pressupõe uma conciliação, um acordo, com a burocracia universitária autoritária que manda na USP sob

o tacão do governo. Essa casta reacionária e privatista só deixará o poder sob a pressão de uma revolta dos que estudam e trabalham, que devem lutar pelo controle coletivo da universidade e real autonomia diante do estado, dos governos e dos capitalistas.

Retomar a luta pelo governo tripartite

Em 2013, depois de uma campanha por diretas para reitor que foi um fiasco (havia apenas 26 pessoas no último ato público dias antes da eleição do novo reitor no Conselho Universitário (C.O.)), finalmente os estudantes compareceram em peso a uma assembleia em frente à reitoria no dia 31 de outubro, e, contra a vontade da direção do DCE, aos gritos de “morte ao rei”, votaram pela defesa do fim do reitorado e constituição de um Governo Tripartite, eleito diretamente, com paridade. Dias depois, numa gigantesca assembleia de milhares de estudantes no vão da História/Geografia, essa proposta foi reafirmada, inclusive com o apoio formal da direção do DCE, que votou no governo tripartite. Dizemos formal porque, dias depois, essa mesma direção convocou uma assembleia de cerca de 300 estudantes para deixar de lado essa bandeira de luta.

Afirmamos que é preciso retomar essa luta hoje. Os muitos e graves problemas que atravessa a USP partem da mesma origem: decorrem da aplicação do ajuste fiscal (ditado pelo capital financeiro internacional e aplicado desde o governo Temer, passando pelos estaduais e municipais) e da política privatista que emanam da reitoria autoritária e de suas instituições burocráticas. É por isso que não há moradia, apesar dos blocos K e L estarem disponíveis para uso; não se contratam professores e funcionários, apesar dos gastos de milhões com obras de necessidade duvidosa; fecham-se creches e restaurantes, apesar de depois alguns reabrirem privatizados pelos amigos do reitor; congelam-se salários de funcionários e professores, apesar dos supersalários de burocratas continuarem a ser pagos; fala-se numa crise orçamentária da USP, apesar de não haver nenhuma transparência ou controle das contas e gastos da reitoria.

A saída para os estudantes é a retomada da luta pelo governo tripartite, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado a Assembleia Geral Universitária. Um governo que será expressão do controle coletivo dos que estudam e trabalham sobre a universidade, com total autonomia frente ao Estado, que terá de se responsabilizar pelo total financiamento, pondo fim a todo privatismo. Será o governo que colocará em prática um orçamento elaborado coletivamente pela Assembleia Geral Universitária e que atenda às reivindicações e reais necessidades.

É preciso organizar a assembleia geral universitária (dos três setores), para discutir e aprovar um programa de luta e mobilização, a partir da defesa das reivindicações mais sentidas pelos que estudam e trabalham, que derrote a reitoria por meio da ação direta e de massa, em unidade com os movimentos de fora da universidade e apoio da população assalariada.

O ponto de partida é a organização de assembleias em todas as unidades, para discutir seriamente todas as propostas de resposta à “eleição” do reitor pelo governador, desde as salas de aula. Somente assim será possível superar a política conciliatória da direção e assumir as bandeiras de luta que realmente expressam as necessidades da maioria e a luta necessária para conquistá-las.

Nesta edição:

- **Bolívia:** O M.A.S. quer se eternizar no poder como uma ditadura contrarrevolucionária.
- **Colômbia:** Um Partido para os Trabalhadores.
- **França:** Derrotar as reformas antioperárias e antipopular.
- **Assimilando o leninismo:** Últimos embates de Lênin para que o partido bolchevique lidere a insurreição.



Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

O M.A.S. quer se eternizar no poder como uma ditadura contrarrevolucionária

O M.A.S. apresentou ao Tribunal Constitucional uma ação de inconstitucionalidade pedindo a anulação de artigos da Constituição e da Lei Eleitoral que impedem a reeleição de Evo Morales (para um quarto mandato) e de todas as outras autoridades. O argumento é que por cima das limitações constitucionais da reeleição está o direito individual de eleger e ser eleito do cidadão Evo Morales e de todos os cidadãos eleitos em cargos no governo. Desconsideram, desta forma, o referendo de fevereiro que votou majoritariamente pelo NÃO. Assim, o voto do “soberano” não conta nada. Antes está o “direito” do cidadão Evo. Na Nicarágua e Costa Rica recorreram à mesma artimanha para serem reeleitos quantas vezes forem. Não resta dúvida de que o governo já providenciou para que o Tribunal Constitucional se pronuncie a seu favor. **O cinismo dos masistas não tem limites.**

Com isto, Evo busca se eternizar no poder para consolidar-se como uma ditadura contrarrevolucionária, intransigente com as demandas dos explorados, servil à burguesia e às suas “sócias”, as transnacionais parasitas.

Ao mesmo tempo, a polícia, por ordem direta de Evo, resolvia

Colômbia

*Publicamos a segunda parte do documento **O partido político das FARC colocou em discussão 61 “Teses de Abril”**: será democratizante desde o seu nascimento. A primeira, foi transcrita no Jornal Massas 550, momento em que o Papa fazia uma visita à Colômbia. Assinalamos que o objetivo de “abençoar” o acordo de “paz” servia aos interesses da burguesia e do imperialismo. Nesse mesmo momento, o Papa dirigiu suas palavras à Venezuela exortando o governo nacionalista de Nicolás Maduro a acertar com a oposição pró-imperialista uma forma de lhe entregar o poder. Sem dúvida, as FARC se renderam. O artigo escrito pela seção Argentina do Comitê de Enlace mostra que o destino dos ex-guerrilheiros é o de se submeterem à democracia dos exploradores e, portanto, à sua ditadura de classe. O ponto das “Teses de Abril” das FARC que diz pretender chegar ao comunismo sem recorrer às armas sintetiza o programa pequeno-burguês do pretendido “Partido dos Trabalhadores” e a impostura dos ex-guerrilheiros em se apresentar aos oprimidos como uma solução para seus problemas.*

Um Partido para os Trabalhadores

Segundo o documento conhecido como *GeraçãoPaz.Co*, as FARC se propõem a fundar um partido “que consiga representar e expressar as aspirações históricas da classe trabalhadora nos centros urbanos e nas zonas rurais”. As aspirações da guerrilha vão inclusive procurar conquistar a classe média. Na tese 47, se lê que “apesar de ser um partido da classe trabalhadora, nosso partido deverá ter a capacidade de dialogar com

o problema do bloqueio em Achacachi com uma brutal repressão e na cidade de La Paz fez o mesmo contra as mulheres que mantinham uma vigília nas portas do Tribunal de Justiça pedindo que liberem os dirigentes detidos. Tudo para proteger o corrupto prefeito masista.

O panorama eleitoral está claro: teremos de escolher entre Evo, ou seja, a nova direita corrupta e ditatorial, ou a velha direita racista, que já anuncia que iniciaria o governo com uma desvalorização da moeda e outras medidas anti-populares do mesmo calibre que as do governo atual.

A resposta do povo oprimido deve ser a luta independente de todas as variantes burguesas, à margem da farsa democrática burguesa; este pântano repugnante em que os oficialistas e opositores disputam o controle do poder.

A perspectiva de nossa luta deve ser a revolução social que acabe com a podre ordem social capitalista e instaure um verdadeiro governo dos operários, camponeses e oprimidos das cidades, sob a direção política da classe operária organizada no Partido Operário Revolucionário.

seus propósitos de ordem táticas e estratégica”.

“A situação da classe trabalhadora exige uma alternativa política que contribua para melhorar suas vidas presentes, ao mesmo tempo em que ofereça uma perspectiva histórica para as futuras gerações”.

A construção do partido, dizem as FARC, deve estar baseada no “exercício pleno da democracia interna”, que “construirá as suas decisões baseadas na mais ampla deliberação e tomarão as decisões que comprometendo o conjunto da organização, estabelecerá regras de reconhecimento e regulação para quem se encontra em posição minoritária”. (...) princípios para **continuar sua transformação de exército ilegal em partido político**”.

Da tese 46 até a 61, a final, se aprofunda sobre a compreensão do **partido “como o ponto chave do campo revolucionário”**. A tese 48, por exemplo, se intitula “**um partido para a superação da ordem social capitalista e a construção de uma nova sociedade**” e mais adiante se referem ao comunismo como fundamento de sua futura luta política sem armas.



A luta política não se divide em luta com armas e sem armas. Pode-se lutar com armas por um programa reformista ou nacionalista e nem por isto ser revolucionário (...) O que define o caráter revolucionário é o seu programa, sua estratégia de poder, como ganhar os oprimidos para esta estratégia, isto é, fundir a teoria e a prática. Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária.

Nesta questão essencial aparecem muitas ideias.

a) quando diz “um partido para a superação da ordem social capitalista e a construção de uma nova sociedade” e mais adiante se referem ao comunismo como fundamento de sua futura luta política sem armas.

Aparece confusamente a questão estratégica, o que indicaria que não há um balanço correto da experiência guerrilheira. Não há, nem pode haver, superação da ordem social capitalista por meios pacíficos. Há que se afirmar isto com total clareza, para evitar confundir ou enganar a militância. Somente se pode superar a ordem social capitalista por meio de uma revolução social, que exproprie os grandes capitalistas e transforme sua propriedade em propriedade social (de todos em geral e de ninguém em particular).

Muito menos se pode alcançar o comunismo, se previamente não tivermos derrotado o capitalismo em todo o mundo, pela única via possível. A luta política não se divide em luta com armas e sem armas. Pode-se lutar com armas por um programa reformista ou nacionalista e nem por isto ser revolucionário.

O que define o caráter revolucionário é o seu programa,

sua estratégia de poder, como ganhar os oprimidos para esta estratégia, isto é, fundir a teoria e a prática. Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária (Lênin).

A questão das armas não se resolve à margem da luta de classes, da maturidade política da classe operária e das massas. As armas em si mesmas não são um programa, ainda que possam encobrir a ausência de um programa revolucionário. Pelo contrário, aqueles que renegam as armas, que renegam a violência revolucionária e se pontificam como pacifistas e partidários da legalidade burguesa, sabemos desde o princípio que rechaçam a estratégia da revolução social, ainda que não digam isto explicitamente.

b) A expressão “classe trabalhadora, “partido de trabalhadores”, é ambígua. É um tema delicado quando se está debatendo a constituição de um partido revolucionário por parte de milhares de combatentes.

O partido que há que se construir na Colômbia, e em cada um de nossos países, é o partido revolucionário, que encarne a estratégia operária. Um verdadeiro partido de classe, operário, comunista.

O termo trabalhador inclui setores das classes médias assalariadas, que trabalham, que recebem um salário, mas que não são operários. Trabalhador se considera também o artesão, o comerciante, o pequeno produtor, que trabalha. E há até setores da pequena-burguesia que se considera trabalhadora, e também, logicamente, a classe operária é parte desta definição, seja da cidade ou do campo. O operário rural é irmão de classe direto do operário urbano. Como se vê, o termo “trabalhador” inclui setores de distintas classes e camadas da sociedade que não são operárias.

Isto não quer dizer que em sua composição haja somente operários, mas sim que o conteúdo de classe deste partido não pode deixar dúvidas, que sua perspectiva

política não pode ser outra que a luta pelo poder para destruir o Estado da burguesia, instaurar a ditadura do proletariado, para começar a construir a nova sociedade.

Esta não é a perspectiva da pequena-burguesia, das classes médias do campo e da cidade, que têm ligações com o regime de propriedade privada, porque elas aspiram possuí-la e aumentá-la.

c) É muito saudável a preocupação por construir um partido e não um movimento.

Isto se nota quando se preocupam pela organização, pelo debate interno, o centralismo, e como garantir os direitos das minorias dentro da organização. O que assegura a maior coesão interna é o programa partidário. O partido é o programa. O essencial neste período é definir o programa, suas diretrizes principais.

d) Quando fala de “... **ter uma capacidade flexível às mudanças que expressem a formação socioeconômica e socio-política em seu conjunto, com o objetivo de preservar suas possibilidades...**”

A formação socioeconômica não modificará a sua estrutura

sob o capitalismo. A Colômbia continuará sendo semicolônia do imperialismo, atrasada e de desenvolvimento desigual e combinado até a tomada do poder pelo proletariado, que começará a transformar a sociedade desenvolvendo as forças produtivas, levando adiante as tarefas que a burguesia não pôde, não soube e não quis levar adiante.

O projeto de unidade latino-americana que defendia Bolívar somente poderá se materializar nos Estados Unidos Socialistas da América Latina, produto das revoluções triunfantes em nossos países. As recentes experiências de unidade latino-americana em mãos de correntes que defendem a ordem capitalista fracassaram e terminaram servindo aos interesses das multinacionais.

Sobre as modificações sociopolíticas, o partido efetivamente deve ser capaz de se adaptar aos períodos de legalidade para fazer propaganda e avançar a sua penetração nos movimentos de massa e também ser capaz de se adaptar aos momentos de maior repressão, para manter em pé a estrutura do partido. Isto será garantido com a coesão programática, a disciplina e a politização dos militantes.

3) Destaca-se no documento “a necessidade de avançar até uma **convergência nacional, um governo nacional**” e ressalta a necessidade de criar “**um bloco popular alternativo**”.

O documento se denomina “Teses de Abril por **um partido para construir a paz e a perspectiva democrática popular**”.

Neste ponto, a guerrilha é enfática em ressaltar a cultura como cenário fundamental para a paz. Na tese 22, “O papel central da cultura”, as FARC afirmam que: “Está-se diante da perspectiva de empreender a transformação cultural mais importante da história recente: **a construção de uma paz estável e duradoura para as gerações futuras**”. No parágrafo seguinte, “Acompanhamento internacional, verificação e participação social”, se inclui uma tese sobre o reconhecimento do acordo de paz pelo governo de Donald Trump, nos Estados Unidos.

O sexto e último capítulo se intitula “Transição Política e governo de transição”. E seus artigos os ratificam:

Tese 57: O governo de transição como necessidade da transição política; Tese 58: Natureza do governo de transição; Tese 59: Conteúdos básicos de um programa de governo de transição;

França

Derrotar as reformas antioperária e antipopular

Na terça-feira passada (12 de setembro), deflagrou-se a primeira greve geral sob o governo de Macron. Convocada pela Central General dos Trabalhadores-CGT (ligada ao Partido Comunista da França, PCF), a segunda maior central sindical do país, foi apoiada por vários sindicatos.

Dezenas de milhares de operários, funcionários e juventude oprimida se mobilizaram por todo o país para rejeitar o plano de reformas trabalhistas, previdenciárias e sociais, que destrói antigos direitos e conquistas trabalhistas das massas e realiza cortes na previdência, saúde e educação. 180 marchas se realizaram por todo o país e 4.000 fábricas paralisaram suas atividades.

A greve geral não conseguiu, porém, paralisar a economia nacional e mobilizar a classe operária em seu conjunto, como aconteceu em julho de 2016, quando milhões de operários pa-

çãõ; Tese 60: A base política e social para um governo de transição; Tese 61: Possibilidades de ampliação da base política e social do governo de transição.

É necessário desenvolver este tema: **convergência** com quem? Com que setores? Para desenvolver qual política? Não há que colaborar com nenhum partido burguês, nem com o governo. Nem participar em governos com setores burgueses. É contraditório com o desenvolvimento de uma política que questione a democracia burguesa e o regime de propriedade.

“**Perspectiva democrático-popular**” - Não há etapas na revolução. Para realizar as tarefas democráticas e conquistar uma verdadeira democracia, é necessário realizar a revolução social. A burguesia de nossos países é uma classe que se entrelaçou com os latifundiários, com o capital financeiro e que renunciou às tarefas que lhes correspondem, e este processo é irreversível. As massas conquistarão a democracia quando se apoderarem dos meios de produção, quando puderem decidir sobre eles, quando se autogovernarem, quando construírem suas próprias organizações de massa.

“**Bloco popular alternativo**” - A quem se dirige esta formulação? Qualquer acordo político tem de incluir questões estratégicas e deve expressar a política revolucionária, da classe operária. Do contrário, como ensina a história, esses blocos são dirigidos pela burguesia ou pequena burguesia.

“**Construir a paz**”, “**a construção da paz estável e duradoura**” – Isso é impossível, enquanto existir o imperialismo e o grande capital mantiverem a dominação sobre nossos países. Quando o regime burguês não consegue conter as massas dentro de sua legalidade, apela para a repressão, tão mais violenta quando mais radicais forem os movimentos. É uma ilusão perigosa pensar que se pode alcançar a paz em nossa época de decomposição avançada do capitalismo, na qual predominam as tendências à guerra e a imposição violenta das políticas do imperialismo.

O documento é coerente com a entrega das armas. Ainda que introduza análises corretas da realidade, não acerta em precisar qual é sua política, sua estratégia, que desembocará, se não se corrige a tempo, em uma nova derrota política para a sua militância, já que o novo partido será democratizante.

ralisaram o País, ocuparam empresas, bloquearam transportes e abastecimentos e conseguiram com métodos radicalizados de luta impor um retrocesso ao governo de Hollande.

Nota-se que o divisionismo sindical comparece na situação de brutais ataques aos explorados como uma política criminoso, abertamente colaboracionista. A Confederação Francesa Democrática do Trabalho-CFDT (reformista) e Confederação General do Trabalho - Força Operária (CGT-FO) decidiram não convocar a greve. No entanto, milhares de filiados da CFDT e FO compareceram às mobilizações. Indicaram que as tendências de avançar a unidade frentista para derrotar as reformas antioperárias e antipopulares dos governos burgueses de ocasião permanecem entre as bases operárias de todo o país.

Na base dessa tendência, acha-se a brutal ofensiva da bur-

guesia em defesa de seus lucros, que exige destruir direitos sociais e conquistas trabalhistas obtidas com o sangue do operariado. Tais condições impedem que as violentas contradições sociais, que explodiram após a deflagração da crise de 2008, possam ser resolvidas sem que se projete a luta de classes. A própria burguesia mostra com sua ofensiva a impossibilidade de equacionar os choques entre as classes.

É o que se observa com o plano de reformas apresentado pelo governo e recentemente aprovado pelo Congresso. Nele, se objetiva: abolir os contratos coletivos de trabalho e impor os convênios por empresa, abolir a proibição do trabalho domínical para menores, impulsionar os “contratos de duração determinada” (CDD) até por cinco anos (a lei em vigência proíbe que excedam os 18 meses), reduzir salários por meio de “acordos por fábrica” (imposição do acordado sobre o legislado), aumentar a idade de aposentadoria em cinco anos, pôr um “teto” ao valor das horas extras, estender a jornada de trabalho até 46 horas por semana (hoje o máximo permitido é de 35 horas), diminuir o número de feriados, facilitar as demissões coletivas por “perda de competitividade”, reduzir os encargos trabalhistas e previdenciários, reduzir o tempo de aviso prévio para demissões e impor limites às indenizações, etc. Também se propõe “reduzir” os direitos dos representantes sindicais e limitar os aportes estatais em conceito de quota sindical.

Os ataques não páram por aí. O governo pretende ainda realizar cortes orçamentários nos subsídios sociais por auxílio-moradia, restringir o seguro-desemprego e reduzir os subsídios sociais para imigrantes. Medidas essas que vêm no sentido de reforçar o aparelhamento do Estado policial, aprovar leis “anti-imigração” e limitar e anular liberdades e direitos democráticos.

Como se vê, trata-se da mais brutal ofensiva desfechada pela burguesia contra os operários e os demais oprimidos em

mais de cinco décadas. Trata-se ainda do mesmo programa que republicanos e socialistas foram incapazes de impor diante da maciça resistência das massas.

A retomada da luta de massas, apenas quatro meses depois de assumido Macron, demonstra que o refluxo operário entre julho de 2016 e a greve de 12 de setembro representou um refluxo conjuntural. O que significa que os explorados podem retomar a luta desde o ponto mais alto conquistado na greve geral nacional de 2016.

É nessas condições que

o chamamento da CGT a uma nova greve geral para o dia 21 deste mês pode servir de impulso à luta de classes e obrigar as direções sindicais a se colocarem à frente dos movimentos. Segundo informações, a FO sofreu uma primeira crise quando seu secretário geral, que se mostrou publicamente “satisfeito” pelas negociações com Macron, foi contestado duramente pelo Comitê Executivo que considerou suas apreciações “inaceitáveis”. Esses atritos nas cúpulas espelham, por sua vez, os fortes choques que se desenvolvem entre as bases e suas direções, as que se expressaram publicamente quando 90 federações departamentais da FO aderiram à mobilização do dia 12, convocada pela CGT.

Está comprovado pelas traições que as direções não abandonarão a conciliação de classes. Que fingirão assumir a radicalidade de suas bases para logo abortar suas tendências combativas e classistas. A experiência ensina que se colocam à cabeça dos movimentos para usar sua poderosa força social como meio para abrir uma via par as transações com os governos.

Essa dupla política de demagogia e traição ficou evidente quando o secretário geral da “radicalizada” CGT, Philippe Martinez, afirmou que “há que reformar o direito trabalhista, mas não para retirar dos assalariados e dos trabalhadores”. Indicava, desse modo, que pretende negociar as reformas com o governo e está disposto a abortar a luta de classes.

Tal subserviência aos capitalistas, na situação de agravamento dos choques entre as classes, comparece como uma política criminoso. Não apenas bloqueia a iniciativa das massas a intervir na crise com suas próprias reivindicações e métodos de luta, como fundamentalmente agrava a submissão do movimento operário francês aos interesses gerais da reação burguesa.

A vanguarda operária e dos demais oprimidos deve combater o colaboracionismo de classes dentro dos sindicatos com a defesa de sua independência política e organizativa do estado burguês e suas instituições. E impulsionar as tendências unitárias das bases pondo em pé comitês intersindicais e de base, como os que foram embrionariamente constituídos em 2016. Trata-se de criar organismos de massas mais amplos, capazes de organizar setores mais vastos dos explorados (apenas 15% dos operários estão sindicalizado) e reunir os explorados em um órgão para debater e decidir qual o programa e quais os métodos para derrotar a ofensiva da burguesia.

É parte indissolúvel dessa tarefa o objetivo de ajudar as massas a superar as ilusões democráticas. Os explorados devem assimilar pela sua própria experiência que não é possível reformar o capitalismo. Forçosamente, o proletariado e pequena burguesia empobrecida caminham por se unir contra o governo burguês. Nem bem se passaram as eleições, saudadas pela burguesia mundial como uma recuperação política diante dos desencantos das massas com os socialdemocratas do Partido Socialista, e Macron se depara com a retomada das lutas. Na França, o proletariado mostra o caminho dos enfrentamentos por toda a Europa. A vanguarda deve trabalhar pelo programa e estratégia da revolução socialista.





Últimos embates de Lênin para que o partido bolchevique lidere a insurreição

Concluimos essa síntese sobre a posição de Lênin como estrategista da Revolução de Outubro com a publicação da carta à direção do partido às vésperas da tomada do poder e a resolução do Comitê Militar Revolucionário, divulgada na manhã de 25 de outubro, dirigida à população. Lênin foi encarregado de sua redação, publicado no *Rabochi i Soldat*, órgão do soviete de Petrogrado.

A carta aos membros do Comitê Central de 24 de outubro expressou a inteira correção da linha desenvolvida por Lênin a cada passo dos acontecimentos que levaram definitivamente à derrubada do governo provisório. Nesse mesmo dia, Lênin saiu da clandestinidade e se dirigiu ocultamente ao Instituto Smolny, onde se realizava uma seção voltada a decidir o fim do governo de Kerensky. Esse momento em que se decidiu finalmente o destino da revolução foi precedido por uma férrea intervenção de Lênin sobre o partido bolchevique. Estava convencido de que era preciso um congresso partidário, mas

a precipitação da crise revolucionária o inviabilizou. É importante, no entanto, assinalar que Lênin não apenas pensou em um congresso extraordinário como o preparou redigindo uma resolução, entre 6 e 8 de outubro, intitulada “Revisão do Programa do Partido”. Respondia, em oposição, ao projeto de V.Sokólnikov, que revelava toda incompreensão sobre a caracterização do imperialismo. Uma das consequências graves era a de não caracterizar a guerra como imperialista. Esse embate no fogo da luta revela que o partido não havia assimilado plenamente a teoria do imperialismo, desenvolvida por Lênin no “O Imperialismo, fase superior do capitalismo”. A revisão que deveria ser feita ao antigo programa era justamente a de determinar o caráter geral da época do capitalismo monopolista e em desintegração. Era o que se passava com a revolução na Rússia. Lênin insistia que a revolução no país não era senão expressão da revolução mundial, impulsionada pela crise geral do capitalismo e pela guerra imperialista.

Nesses mesmos dias em que redige a revisão do programa, Lênin indica na “Carta aos camaradas bolcheviques que participam no Congresso dos Sovietes da Região do Norte” a importância estratégica do internacionalismo proletário. Eis sua introdução: “Camaradas! Nossa revolução atravessa um período sumamente crítico. Esta crise coincide com a grande crise do ascenso da revolução socialista mundial e da luta travada pelo imperialismo mundial contra ela.” Assim, Lênin chama atenção para o perigo de qualquer afrouxamento do combate pelo poder. Não cabia ao Congresso dos Sovietes da Região do Norte se perder em discussões e aprovação de resoluções,

sem que respondesse com ações revolucionárias imediatas. E mostrava que a defesa de “Todo poder aos Sovietes” consistia em preparar a insurreição, qualquer demora em enfrentar essa tarefa esvaziaria o sentido concreto dessa bandeira tão importante. Concluía a carta: “A Frota, Kronstadt, Víborg e Reval podem e devem marchar a Petersburgo; derrotar os regimentos kornilovistas, sublevar ambas capitais, iniciar uma agitação massiva pelo poder que entregará imediatamente a terra aos camponeses e proporá imediatamente a paz; derrotar o governo de Kerensky e instaurar esse poder.” Como se vê, em 8 de outubro, Lênin exortava os bolcheviques a defender nos sovietes a organização da insurreição.

Em 10 de outubro, Lênin participa da reunião do Comitê Central, em Petrogrado. Apresenta um informe da situação política e uma resolução na qual consta como principal tarefa a preparação imediata da insurreição armada. Kamenev e Zinoviev foram contra. Trotsky se absteve, defendendo que a insurreição deveria ocorrer no momento do

II Congresso dos Sovietes. O alinhamento da maioria com Lênin foi decisivo. Em seu informe, demonstra que os bolcheviques haviam conseguido unificar os explorados e os soldados em torno de suas bandeiras e de sua estratégia de poder.

Sete dias depois da reunião do Comitê Central, Lênin escreve “Carta aos Camaradas”, onde faz uma detalhada exposição do amadurecimento das condições para derrocar o governo burguês. Evidencia que não bastou a aprovação de sua linha pelo Comitê Central. As vacilações continuavam. Combate a avaliação de que não se tinha a maioria do povo e que, por isso, não havia esperança para a insurreição. Descreve os acontecimentos que indicavam um grande deslocamento das massas para a política do bolchevismo. Conclui: “Duvidar agora que a maioria do povo se-

gue e seguirá os bolcheviques é uma vergonhosa vacilação e na prática significa abandonar todos os princípios do revolucionarismo proletário, a negação total do bolchevismo.” (...) “Não há escapatória possível para nossos tristes pessimistas. Renunciar à insurreição é renunciar à entrega do poder aos Sovietes e significa ‘entregar’ todas as esperanças e toda confiança à bondosa burguesia, que ‘prometeu’ convocar a Assembleia Constituinte”. Essa carta primorosamente desmonta argumento por argumento tanto dos adversários da insurreição quanto dos vacilantes. Reflete, portanto, o embate entre as forças no seio do movimento revolucionário e a influência dos adversários nas fileiras do próprio bolchevismo.

Em 18 de outubro, Lênin foi informado de que Kamenev e Zinoviev haviam se declarado publicamente contra a resolução

“Duvidar agora que a maioria do povo segue e seguirá os bolcheviques é uma vergonhosa vacilação e na prática significa abandonar todos os princípios do revolucionarismo proletário, a negação total do bolchevismo.” (...) “Não há escapatória possível para nossos tristes pessimistas. Renunciar à insurreição é renunciar à entrega do poder aos Sovietes e significa ‘entregar’ todas as esperanças e toda confiança à bondosa burguesia, que ‘prometeu’ convocar a Assembleia Constituinte”.

Formação

do Comitê Central. Escreveu uma nova carta (Carta aos membros do Partido dos Bolcheviques), mostrando que se tratava de uma ruptura do centralismo democrático e defendeu a expulsão. O Comitê Central destituiu Kamenev do CC, bem como proibiu Zinoviev de fazer declarações públicas contra a linha aprovada na direção. Relatamos essa crise porque expõe, de um lado, as

Cartas aos membros do CC

Camaradas!

Escrevo estas linhas na tarde do dia 24. A situação é extremamente crítica. Em realidade, agora está completamente claro que postergar a insurreição seria fatal.

Com todas minhas forças, peço aos camaradas que compreendam que tudo depende agora de um fio; que nos enfrentamos com problemas que não podem se resolver com conferências ou congressos (nem sequer congresso de soviets), mas exclusivamente com as massas, com a luta do povo armado.

A arremetida burguesa dos kornilovistas e a destituição de Verjovsky são provas de que não podemos esperar. A qualquer preço, temos de aprisionar o governo nesta mesma tarde, nesta mesma noite, depois de ter desarmado os cadetes do colégio militar (depois de vencê-los, sem que resistissem), etc.

Não podemos esperar! Podemos perder tudo!

O que acontecerá com a tomada imediata do poder? Defender o povo (não o congresso, mas o povo, o exército e os camponeses, em primeiro lugar) do governo kornilovista, que destituiu Verjovsky e tramou uma segunda conspiração kornilovista.

Quem deve tomar o poder?

Isso não tem importância neste momento: que o faça o Comitê Militar Revolucionário ou “outra instituição” que declare que somente entregará o poder aos autênticos representantes dos interesses do povo, dos interesses do exército (imediata oferta de paz), dos interesses dos camponeses (tomada imediata da terra, abolição da propriedade privada), dos interesses dos famintos.

Todos os distritos, todos os regimentos, todas as forças de-

Assimilando o leninismo

fragilidades de importantes dirigentes e, de outro, a fortaleza de Lênin e daqueles que com ele se alinharam firmemente.

O profundo vínculo do bolchevismo com o proletariado e sua luta no interior dos soviets permitiram a superação das divergências e das fraquezas que foram expostas nas portas da tomada do poder.

Lênin, 24 de outubro de 1917

vem ser mobilizadas no ato e devem enviar imediatamente suas delegações ao Comitê Militar Revolucionário, ao Comitê Central dos bolcheviques, com o mandado imperioso de que de nenhuma maneira se deixe o poder nas mãos de Kerensky e Cia até o dia 25, sob nenhum pretexto. Esta mesma tarde. Esta mesma noite, sem falta, deve-se decidir o assunto.

A história não perdoará nenhuma demora dos revolucionários, quando hoje podem triunfar (e com toda certeza, hoje triunfarão), enquanto que amanhã se corre o risco de perder muito, na realidade, se corre o risco de perder tudo.

Se tomamos hoje o poder, o tomamos não contra os soviets, mas em seu benefício.

A tomada do poder é obra da insurreição; sua finalidade política será clara depois da tomada do poder.

Aguardar a incerta eleição de 25 de outubro será desastroso, ou pura formalidade; o povo tem o direito e o dever de decidir estes problemas não por meio de votações, mas pela força; em momentos críticos da revolução, o povo tem o direito e o dever de dar instruções aos seus representantes, inclusive aos seus melhores representantes, e não pode esperá-los. Assim tem demonstrado a história de todas as revoluções, e os revolucionários cometeriam o maior dos crimes se deixassem passar a oportunidade, sabendo que deles depende a salvação da revolução, o oferecimento da paz, a salvação de Petersburgo, livrar-se da fome, a entrega da terra aos camponeses.

O governo cambaleia. É necessário acabar com ele a qualquer preço! Retardar a ação é a morte.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII)

Aos cidadãos da Rússia!

O governo provisório foi deposto. O poder do Estado passou para as mãos dos soviets de deputados, operários e soldados de Petrogrado, o Comitê Militar Revolucionário, que dirige o proletariado e a guarnição de Petrogrado.

Eis a causa pela qual o povo lutou: oferecimento imediato de uma paz democrática, abolição da propriedade latifundiária sobre a terra, o controle operário sobre a pro-

Lênin, 25 de outubro de 1917
dução e a criação de um governo soviético – essa causa está assegurada.

Viva a revolução dos operários, soldados, camponeses!

*Comitê Militar Revolucionário adjunto ao soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado
25 de outubro, às 10 horas da manhã*



Ato político 100 anos da Revolução Russa



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

22/10 - 15 hs